



Conselho Estadual de Saúde

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38

Ata da 261ª Reunião Ordinária do
Conselho Estadual de Saúde da Bahia (CES/BA).

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e dezenove, no Auditório da Escola de Saúde Pública Jorge Novis – ESP, situado no Centro de Atenção à Saúde Professor José Maria de Magalhães Netto, na Av. Antônio Carlos Magalhães, com as presenças dos senhores membros do Conselho Estadual da Saúde: Ricardo Luiz Dias Mendonça – Presidente, Cássio André Garcia (Suplente), Maurício Carneiro Paim (Titular), Maria Madalena Braga (Suplente), Isadora Oliveira Maia (Titular), Luiz Delfino Mota Lopes (Suplente), Márcio Costa de Souza (Titular), Aldenilson Viana Rangel (Titular), Roberto Lima Machado (Suplente), Marleide Castro dos Santos (Suplente), Tereza Cristina Bomfim de Jesus Deiró (Titular), Valdemir Medeiros da Silva (Titular), Valdete Francisca da Silva (Suplente), Maria Ângela da Mata Santos (Suplente), Rômulo José Valença Corrêa (Titular), Gladys Maria Almeida Santos (Suplente), José Vasconcelos de Freitas (Suplente), Lázaro Ribeiro de Souza (Suplente), Francisco José Souza e Silva (Titular), Eduardo de Agueda Nunes Calliga (Titular), Mara Helena Machado Santa Cecília (Suplente), Paulo Fernando Bittencourt Studart (Suplente), Maria Helena Ramos Belos (Titular), Vera Lúcia Gonçalves de Jesus (Suplente), Ivanilda Souza Brito (Titular), Gislene Villas Boas Torres (Titular), José Silvino Gonçalves dos Santos (Titular), Silvio Roberto dos Anjos e Silva (Suplente), Marcos Antônio Almeida Sampaio (Titular), Walney Magno de Souza (Titular) e Arão Capinam de Oliveira Secretário Executivo do CES para a reunião do CES/BA. **O Senhor Eduardo de Agueda Nunes Calliga Secretário Adjunto do CES** comunicou que estava substituindo o Presidente do CES Ricardo Luiz Dias Mendonça, e informou que já tinha quórum e daria início a ducentésima sexagésima primeira reunião ordinária do Conselho Estadual de Saúde passou a fala para o Secretário Executivo fazer as Comunicações da Presidência. **O Senhor Arão Capinam de Oliveira Secretário Executivo do CES** realizou a leitura das resoluções CIB 65 e 66/2019: A Comissão Intergestores Bipartite da Bahia – CIB apresenta as seguintes resoluções aprovadas no seu âmbito para conhecimento deste Conselho Estadual de Saúde – CES. AS RESOLUÇÕES FORAM ENVIADAS NA ÍNTEGRA PARA O E-MAIL DOS (AS) SENHORES (AS) CONSELHEIROS (AS) no dia 06/05/2019: **RESOLUÇÃO CIB Nº 065/2019** Aprova *ad referendum* a Proposta nº 916130/19-001, emenda parlamentar nº 37380004, de aquisição de equipamentos e material permanente para implantar ambulatório oftalmológico para rastreamento e tratamento da Retinopatia Diabética, com a realização de consultas e exames, no município de Alagoinhas. **RESOLUÇÃO CIB Nº 066/2019** Aprova o Projeto de Transporte Sanitário do município Itaquara. **O Senhor Eduardo de Agueda Nunes**

39 **Calliga Secretário Adjunto do CES** convidou à senhora Gladys Reis para apresentar o
40 Relatório Final da 1ª Conferência Estadual de Saúde das Mulheres – 1ª CESMu. **A**
41 **Senhora Gladys Reis – Coordenadora Geral da Comissão de Relatoria** apresentou o
42 Relatório Final da 1ª Conferência Estadual de Saúde das Mulheres – 1ª CESMu,
43 enviado por e-mail a todos (as) os (as) conselheiros (as). **A Conselheira Isadora Oliveira**
44 **Maia** solicitou a Gladys que explicasse novamente o que era moção, por ter se
45 ausentado do auditório. **A Senhora Gladys Reis** informou que moção era o manifesto
46 dos delegados e delegados durante a conferência magna onde se reúne várias
47 representações, sempre se pergunta o destino final das moções, porque varias pessoas se
48 reúnem discuti sobre um determinado tema importante no grupo e se movimenta para
49 colher assinaturas e devolvem a relatoria para aprovação plenária final. Após aprovação
50 da moção qual o caminho que deve seguir? Uma moção se refere a varias coisas, como
51 manifesto ao Ministério Público ou até mesmo a algum setor específico da Secretaria,
52 podendo ganhar vários caminhos. “Agora qual é o papel de fato das moções nas
53 conferências?” “Será que apenas informar que foi aprovado um manifesto para ficar
54 registrado no relatório final ou levar para a reunião ordinária do Conselho Estadual de
55 Saúde para dar o encaminhamento aos setores específicos, informando que na
56 conferência teve uma moção de manifesto.” Disse que a movimentação que iria dar após
57 o registro das moções era uma dúvida que sempre pairou, porque as pessoas se
58 movimentavam para gastar suas energias, colhiam assinaturas e não se sabe os
59 encaminhamentos. **A Conselheira Isadora Oliveira Maia** informou que deveria se
60 estudar a natureza jurídica das moções, para saber se as moções eram um
61 encaminhamento ou uma recomendação e quais os verdadeiros efeitos. “Talvez não haja
62 a necessidade de as moções irem ao pleno do Conselho já que a Conferência é Magna,
63 porém precisa saber as obrigatoriedades delas para quem estar à frente fazer surtir efeito
64 e trazer as respostas.” **A Conselheira Tereza Cristina Bomfim de Jesus Deiró** informou
65 que as dúvidas levantadas com relação às moções era algo frequente em todas as
66 conferências, algumas têm algum encaminhamento e outras não, as pessoas que as
67 elaboraram se perguntam o destino que as levou. Complementou a fala da conselheira
68 Isadora, informando que as moções em 99% das vezes têm uma conotação do
69 sentimento político de quem as elaborou, e que quando se elabora uma moção na
70 conferência, era elaborada por fulano ou ciclano, se caracterizava uma conotação
71 política. Como as questões levantadas são omissas, no que diz respeito à orientação da
72 nacional, a comissão de relatoria poderia discutir a metodologia da forma de
73 encaminhamento das moções e, caso contenha algo importante, levava para discussão
74 no pleno do Conselho para dar os encaminhamentos. Colocou como proposta que a
75 comissão de relatoria, colocasse em processo de discussão a metodologia para dar
76 tratamento adequado e essencialmente político aos encaminhamentos das moções, um
77 marco que ficaria para as próximas conferências. **A Conselheira Ivanilda Souza Brito**
78 parabenizou Gladys pela apresentação e salientou que concordava com as falas das
79 conselheiras que a antecederam com relação às moções e reforçou que seria importante
80 que as moções tivessem um tratamento jurídico ou político, a depender do tema. Porém,

81 as propostas que foram apresentadas precisavam ser discutidas para dar os
82 encaminhamentos. Como o relatório final já estava disponibilizado iria discutir com
83 União Brasileira de Mulher – UBM, Entidade a qual representava, mesmo sabendo das
84 dificuldades que o segmento estava enfrentando nos avanços na questão da Saúde e na
85 questão social. Salientou que seria importante a discussão de tudo que foi proposto na
86 Conferência. **O Conselheiro Walney Magno de Souza** informou que se sentiu
87 contemplado com as falas das conselheiras, e a aproveitava a oportunidade para
88 ressaltar a importância dos registros das Moções e o que vem acontecendo no Conselho.
89 Enfatizou que o Conselho era um local de aprendizado, porém a falta de retorno dos
90 questionamentos estava deixando dúvidas. Citou como exemplo, a última reunião do
91 CES, que ele questionou sobre os comunicados da CIB que não estavam vindos mais
92 com os valores e perguntou os motivos e não teve nenhum retorno disso. Enfatizou que
93 um comunicado da CIB informava um gasto de R\$ 540.000 reais (quinhentos e quarenta
94 mil reais) com capacitação dos Profissionais de Saúde para atender postos adicionais,
95 perguntou onde estavam acontecendo essas capacitações e quem estava sendo
96 capacitado e ninguém informou. Perguntou aos agentes de saúde indígenas e os
97 enfermeiros que atendem nos hospitais em sua região, ninguém foi capacitado, onde
98 foram realizadas essas capacitações e quem a executou? Na última reunião foi
99 informado por uma conselheira e considerou como denúncia que no Brasil e
100 principalmente na Bahia, tem um alto índice de pessoas atingidas com casos de dengue
101 e os hospitais estavam cheios. Disse ainda que uma conselheira informou que no Brasil
102 e principalmente na Bahia, o principal veneno que combatia a Dengue não existia mais.
103 Disseram que 40 viaturas foram entregues, mas o que ajudava de fato era o combate, se
104 não houvesse combate, o restante era só gastar dinheiro do SUS. Referiu que a
105 microcefalia era uma questão grave, solicitou da mesa executiva e SESAB que desse os
106 retornos aos questionamentos. **O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio**
107 parabenizou a senhora Gladys pela apresentação e informou que o relatório da
108 conferência trouxe o sentimento do que foi vivido naquele momento, citou como
109 exemplo as discussões e as conjunturas. Porém, precisava assumir que discutir o
110 relatório depois de algum período, perdia o tempo de dar alguma sugestão que pudesse
111 melhorar ou modificar algo, porque o sentimento foi ocupado por outras conjunturas
112 que foram colocadas como desafio, conquistas ou até mesmo ameaças. Parabenizou a
113 comissão por ter fechado o relatório, porém a fala do início era importantíssima para
114 que tomassem cuidado com a elaboração dos próximos relatórios. Disse que o relatório
115 da conferência era elaborado e apresentado por uma comissão, e que seria interessante
116 se tivesse o envolvimento de outras comissões porque as propostas recebidas pelo
117 sistema, precisavam ser refletidas e encaminhadas para outras etapas, porém o relatório
118 precisava contar um pouco da história do que foi aquele momento. O relatório não era
119 um caderno de propostas que informava o que foi aprovado, “precisamos ver como será
120 o processo de construção do relatório da próxima conferência que discutirá saúde e
121 democracia, porque caderno de proposta era diferente dos relatos de parte da
122 conferência.” “Precisamos pensar qual a estratégia que usaremos para as questões das

123 moções, porque encaminhar as emoções após anos de realização da conferência não
124 teria tanto efeito, por causa da mudança da conjuntura.” “Encaminhar essas moções
125 depois de tanto tempo poderia coloca o Conselho em constrangimento, e poderiam
126 precisar assumir a culpa por ter perdido o *time* da história. “Ficará registrado na história
127 que na conferência de mulheres e o segmento de mulheres, realizou uma denúncia e
128 perdeu o tempo da intervenção e a oportunidade de disparar um processo para modificar
129 a realidade.” “É urgente a publicização desse relatório para as pessoas terem
130 conhecimento, e que sirva de aprendizado para que na próxima conferência que
131 discutirá saúde e democracia, construa um relatório da conferência e não das propostas
132 da conferência.” **O Conselheiro Márcio Costa de Souza** informou que no dia 09/05/2019
133 contavam trinta dias que as Universidades Estaduais estavam em greve e sem
134 negociação com o Governo do Estado da Bahia, com cortes dos salários dos
135 trabalhadores e trabalhadoras, um governo que se diz trabalhista. Salientou que vários
136 Deputados no dia da movimentação da UFBA estavam brigando por causa de 30% de
137 cortes, sendo que as Universidades Estaduais estavam há um ano com 40% de cortes
138 dos recursos estaduais. Salientou que o PPA estava sendo elaborado e algumas
139 perguntas o fizeram refletir sobre o que fazem no Conselho, porque o PPA estava sendo
140 montado e a vontade popular que são as conferências de saúde nem existiu ainda.
141 Questionou como estavam sendo montadas as diretrizes das políticas de saúde nos
142 próximos quatros anos, se a população, enquanto instrumento que estava na legislação
143 brasileira não foram ouvidos. Avisou que iria fiscalizar se as propostas da conferência
144 das mulheres iriam estar no PPA, mesmo porque já vieram com 01 ano e meio de
145 atraso. Quis saber se o PPA já estava sendo construído, gostaria também de saber o
146 custo de uma conferência, e se valia a apenas fazer. “Ficamos preocupados com o
147 Governo Federal e o Estado sendo o tempo todo atropelado, precisamos ter
148 responsabilidade com os erários públicos com que era gasto na realização de uma
149 conferência. **O Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva** ressaltou que nas
150 conferências iniciais participou da comissão de relatoria e não existia o sistema de
151 informação, nem os conteúdos que existia agora, costumava dizer que a comissão de
152 relatoria trabalhava antes, durante e depois da conferência e o motivo de Gladys está
153 sendo questionada enquanto relatora da comissão de relatoria. “Levando em
154 consideração a fala dos conselheiros que o antecedeu, colocou como proposta na
155 próxima reunião da comissão organizadora que tem a representação de todos os
156 membros de outras comissões, definir de que forma os membros de outras comissões
157 poderiam participar da comissão de relatoria e levando em consideração o que Gladys
158 colocou, a comissão de relatoria tem a tarefa de relatar o que aconteceu na conferência,
159 porém todos os conselheiros têm que se envolver.” **A Conselheira Maria Ângela da**
160 **Mata Santos**, parabenizou Gladys pela apresentação e registou que a comissão de
161 relatoria teve dificuldades antes, durante e depois da conferência e queria deixar
162 registrado ali. Informou que a comissão não entregou o relatório no prazo estabelecido
163 por conta das dificuldades que passaram, mas nem por isso, deixou de cumprir com suas
164 responsabilidades, porém não era assunto para se discutir no pleno do CES e sim em

165 outro fórum. Ressaltou o bom trabalho de Gladys como coordenadora da comissão de
166 relatoria, a maneira como conduziu, deixando a metodologia de fácil entendimento para
167 construção das propostas. Salientou que o técnico do Conselho Estadual de Saúde,
168 Fabrício ajudou bastante na construção das propostas, ficando responsável pela parte
169 técnica e do manuseio da planilha do SICARF, visto que a comissão tinha o domínio do
170 assunto, mas não tinha o domínio técnico da planilha do Excel. A comissão foi cobrada
171 várias vezes no pleno do CES, o que era correto, porém o relatório não foi entregue por
172 conta de vários entraves que entraram no caminho e a comissão teve que dar o devido
173 tratamento. Disse que era um momento histórico e lembrava que em uma das reuniões
174 que estava estruturando o relatório final, à técnica Verônica que tinha construído a
175 política estadual da saúde das mulheres, informou que tinha dado uma conotação
176 diferente a Saúde das trabalhadoras que estava incluso na política estadual da saúde das
177 mulheres. Solicitou a atualização da política estadual de saúde da mulher com a inclusão
178 das propostas estaduais que foram aprovadas no pleno da conferência, um fato histórico
179 e não poderia perder aquele momento. Informou a Silvio que o questionamento dele
180 poderia ser um ponto de pauta na próxima reunião da comissão de organização da
181 conferência. Enfatizou que a coordenadora da comissão tinha razão ao cobrar a
182 participação de todas as comissões na elaboração do relatório final, visto que cada
183 comissão tem um coordenador e um coordenador adjunto que poderiam trabalhar e
184 ajudar na elaboração do relatório, e não deixar somente para a comissão de relatoria dar
185 cabo de todo processos até do que não participou. Citou como exemplo que a comissão
186 não participou das discussões da tenda por estar voltada para a construção das propostas
187 e não tinha como colocar detalhe das discursões que tiveram no relatório, os
188 conselheiros precisavam ter a compreensão que nem tudo a comissão de relatoria vai ter
189 a condições de colocar no relatório por não ter participado de tudo, as comissões
190 existem justamente para ajudar no processo de construção do relatório. E perguntava
191 para quê mesmo se instalava as comissões, se não para ajudar no processo. **O**
192 **Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos** informou que participou ativamente da
193 conferência das mulheres, teve a oportunidade de dialogar com algumas mulheres que
194 falou das suas necessidades e do cuidado a saúde. Os conselheiros têm uma missão de
195 fazer o serviço de saúde chegar a todas as mulheres que necessitam, citou como
196 exemplo as mulheres encarceradas, mulheres em situação de rua e as mulheres que
197 moram nas periferias. Registrou que as mulheres estavam entusiasmadas por estarem
198 discutindo a saúde da mulher com mulheres. Reconhecia que as condições oferecidas à
199 comissão de relatoria não foi a ideal para as coisas acontecerem na velocidade que era
200 necessário, e a comissão fez o que foi possível. Registrou que as mulheres que
201 participaram da conferência contaram para outras mulheres o que aconteceu, citou como
202 exemplo que 15 mulheres encarceradas tiveram a oportunidade de participar da
203 conferência, que relataram para as outras e que as outras ficaram bastante motivadas por
204 saber que algo estava acontecendo e esperava que pudessem dar o retorno a essa
205 mulheres que estavam esperando. **O Conselheiro Cássio André Garcia** parabenizou a
206 Gladys pela apresentação e a todos que participaram da construção do relatório, um

207 material vasto e rico que deveria ser divulgado e acompanhado pelo Conselho para fazer
208 parte das ferramentas de planejamento. “Muitas das vezes o tempo desses instrumentos
209 não casava com o tempo de finalização de um relatório daquele porte, mas à medida que
210 colocava para apreciação do pleno, cabia ao Conselho fazer o acompanhamento, para
211 que as propostas chegassem ao objetivo final que era a implantação”. “Sabemos que na
212 maioria das vezes não se consegui implantar, mas o fato de estar no relatório já dá a
213 visibilidade de parte dos objetivos”. Disse que considerava a relatoria como o cérebro
214 da conferência porque processava diversas informações e devolvia em tempo quase que
215 real para apreciação do pleno. Colocou que todas as comissões são importantes e citou
216 como exemplo que o gabinete de crise tem a finalidade de filtrar tudo e eliminar o que
217 era ruim e a comissão organizadora era como se fosse o coração da conferência. “São
218 essas as analogias que mostravam que todas as comissões têm sua importância para o
219 funcionamento da conferência”. Concordou com a fala da conselheira Ângela que
220 precisava elaborar uma metodologia, solicitou em nome do Conselho a avaliação da
221 criação da metodologia da conferência. Informou que não poderia prescindir de uma
222 pessoa que tem uma experiência vasta e uma identificação muito importante de estar
223 junto com o conselho contribuindo e ampliando o processo de relatoria para não ficar
224 somente em proposta. Precisamos amadurecer para que a Bahia traga algo novo e
225 diferente na apresentação e construção dos relatórios futuros, podendo até ajudar na
226 conferência nacional, se fosse o caso. Solicitou ao presidente que oficializasse a
227 necessidade da participação da senhora Gladys no processo final do relatório com mais
228 profundidade. **O Senhor Presidente Ricardo Mendonça** informou que chegou atrasado à
229 reunião, mas teve a oportunidade de ouvir algumas falas que foram muito importantes.
230 Registrou que ao tirar a comissão de relatoria muitos conselheiros se colocaram à
231 disposição, porém a parte principal da relatoria era a finalização do produto, e na
232 finalização do produto poucos ficavam, como: Gladys, Joilda e Ângela. Cobrou bastante
233 a entrega do relatório à comissão e disse que Arão sempre procurava Gladys que
234 informava as dificuldades dela em entregar o relatório por causa das suas atividades
235 junto a SESAB, mas estava trazendo o relatório e a comissão apresentou o relatório com
236 todas as propostas que foram aprovadas na conferência nacional. Solicitou a Secretaria
237 Executiva do CES que fizesse um ofício parabenizando a Gladys técnica da SESAB
238 pelos trabalhos prestados na comissão de relatoria da Conferência Estadual de Saúde
239 das Mulheres, e que era obrigação do Conselho oficializar para o Secretário da Saúde e
240 o chefe imediato de Gladys a importância e contribuição da servidora para o controle
241 social, ajudando o Conselho Estadual de Saúde nos momentos difíceis. Salientou que a
242 relatoria da conferência da mulher foi a que teve mais dificuldades, principalmente na
243 questão da estrutura, sofrendo bastante durante a conferência. Registrou o grande papel
244 da conselheira Ângela da Mata e da ex-conselheira Joilda que sempre nos momentos
245 difíceis da relatoria, ajudaram e contribuíram, se desdobrando apesar de todas as
246 dificuldades. Colocou que a conselheira Ângela já estava fazendo parte da comissão de
247 relatoria da 10ª conferência e que iria encaminhar um ofício, convidando à senhora
248 Joilda para participar oficialmente. Informou que a participação da técnica Gladys na

249 comissão de relatoria da 10ª Conferência seria importantíssima pela sua experiência, até
250 porque foi questionado na última reunião sobre a participação da gestão. Colocou que a
251 fala do conselheiro Márcio ao avisar que vai fiscalizar se as propostas da conferência
252 das mulheres vão estar no PPA, era por subentender que a gestão ao participar das
253 propostas da conferência, automaticamente incluiria as propostas no PPA. Lembrou
254 que o Conselho deixou de aprovar alguns PPA por não ter incluído as propostas que
255 foram discutidas e aprovadas nas conferências e isso constava nos anais do Conselho.
256 Colocou também que tudo que foi pautado e aprovado nas conferências fora incluído no
257 plano. Salientou que ficou acordado na reunião da comissão organizadora da
258 conferência de saúde das mulheres que após aprovação do relatório no pleno do
259 Conselho, iriam tirar uma comissão de Saúde das mulheres. Colocou como proposta
260 caso o relatório fosse aprovado, que na próxima reunião do Conselho as conselheiras se
261 reunissem e levassem o formato da comissão para o pleno do conselho aprovar, e que
262 seria interessante se tivesse a participação de entidades representativas da sociedade de
263 mulheres que não fazem parte do conselho para participar dessas discussões na
264 composição da CISMU. Passou para a senhora Gladys para fazer as considerações finais
265 para depois colocar em regime de votação o relatório final da conferência de saúde das
266 mulheres. **A Senhora Gladys Reis** informou que as propostas de qualquer conferência,
267 que o Conselho Estadual possa organizar precisam ter uma finalidade, e uma das
268 grandes preocupações e discussões nos estudos que vinha fazendo era que fim levava as
269 propostas das conferências de saúde no geral. E questionou: “Como o Conselho pode
270 estar acompanhando a execução dessas propostas?” “De que forma essas propostas
271 estão operando na vida das pessoas?” “E qual os impactos que essas propostas estão
272 trazendo na sua execução e operacionalização na vida das pessoas?” Disse que de fato
273 era uma discussão profunda, e extremamente importante, não só à nível de Conselho,
274 mas o Conselho e a gestão devem andar juntos nesse processo. Citou o plano estadual
275 que era bastante encorpado, onde relatavam as atividades a serem executadas nos
276 próximos 04 anos, um espaço grande que deveriam ser incorporadas as propostas que
277 estavam delineadas nos diversos relatórios. Disse ainda que cabia de fato ao Conselho
278 junto com a gestão incorporar as proposta no processo de planejamento da saúde nos
279 próximos 04 anos, porque se não de fato iria ficar novamente no papel. “Discutiram-se
280 as coisas urgentes e as coisas que foram discutidas a priori para o futuro do estado vão
281 ficando esquecida a voz de todas as representações que estiveram naqueles espaços.”
282 Agradeceu a confiança e a indicação, informou que gostava muito de estar no Conselho
283 nas conferências, desde a sua trajetória estudantil, porém trabalhava no setor Telessaúde
284 junto com uma médica onde a mesma era tele reguladora, um serviço que funcionava 24
285 horas, onde apoiava as equipes da atenção básica para atender as pessoas e era muito
286 requisitada, além de mexer com auditoria de resposta, então seu estava com o tempo
287 muito escasso. Salientou que esses eram os motivos de não estar envolvida desde o
288 início na comissão de relatoria da 10ª Conferência Estadual de Saúde, por conta das às
289 atividades exercidas, mas agradecia a confiança de todos e todas. **O Senhor Presidente**
290 **Ricardo Mendonça** colocou em regime de votação o relatório final da conferência de

291 saúde das mulheres, que foi aprovado à unanimidade. **O Senhor Presidente** solicitou que
292 o relatório final da conferência das mulheres fosse encaminhado o mais rápido possível
293 para colocar no site do Conselho e solicitou a produção do relatório no meio físico.
294 Registrou a presença do novo Coordenador da Defensoria Pública na Área da Saúde Dr.
295 Fábio Pereira que substituíra Dr. Gil Braga. Solicitou que Dr. Fábio Pereira fizesse uma
296 breve saudação aos conselheiros. **O Dr. Fábio Pereira** informou que era uma satisfação
297 participar da reunião do Conselho e parabenizou aos conselheiros pelos trabalhos
298 desempenhados. Informou que estava substituindo ao Dr. Gil coordenador da área cível
299 de fazenda pública, e que assumiu a coordenação específica de fazenda pública, que
300 cuidava das demandas que envolviam o estado e municípios, orientando aos mais de 70
301 Defensores do interior que atuavam diretamente com processos de fazenda pública.
302 Pretendia participar de todas as reuniões do CES e estava à disposição para poder dar o
303 apoio necessário aos conselheiros para formar uma parceria contribuindo na atuação do
304 Conselho. **O Senhor Presidente** agradeceu ao Dr. Fábio Pereira e convidou para
305 participar da 10ª Conferência Estadual de Saúde no período de 09 a 13 de junho de
306 2019. **O Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva** colocou como encaminhamento a
307 inversão da pauta, e explicou que como a próxima pauta seria o regimento e cronograma
308 do Processo eleitoral da coordenação executiva do CES, e posteriormente apresentação
309 da política estadual de práticas integrativas e logo depois a 10ª Conferência Estadual de
310 Saúde. Informou que a discussão do regimento e o cronograma do processo eleitoral era
311 algo que não seria rápido porque tinha posições contrárias, e favoráveis ao processo, da
312 mesma forma os encaminhamentos da 10ª conferência. Disse que a inversão de pauta
313 não iria atrapalhar porque apresentação da Política não seria algo conflituoso, pelo
314 contrário seria algo que iria propor a participação. **O Conselheiro Paulo Fernando**
315 **Bittencourt Studart** informou que o regimento e o cronograma tinham prazos legais a
316 serem cumpridos e pelo avançar do horário, tinha receio da não aprovação. Solicitou
317 que a pauta fosse mantida e os conselheiros fossem objetivos nas discussões, porque o
318 regimento e cronograma teriam que ser aprovados naquele dia. **O Conselheiro Marcos**
319 **Antônio Almeida Sampaio** reforçou a proposta do conselheiro Silvio, informando que
320 não tinha nada mais importante e urgente a ser aprovado do que uma política estadual.
321 Reforçou que a inversão deveria acontecer, porque se fosse discutir o tempo seria mais
322 arriscado perder o tempo de aprovar a política do que o regimento de uma eleição
323 interna do Conselho que já deveria ter acontecido a algum tempo. Precisavam ser
324 sensíveis com as pessoas que vieram de longe na expectativa de ver a política ser
325 apresentada e aprovada. Solicitou que fosse dado o mesmo tratamento que foram dado a
326 todas às políticas que passaram pelo pleno deste CES, que era a apresentação, discussão
327 e posterior aprovação. **A Conselheira Isadora Oliveira Maia** informou que o
328 requerimento de inversão de pauta teria que ser no início da reunião ao abrir a seção,
329 após apresentação da primeira pauta não era mais possível solicitar a inversão.
330 Respeitava a política que seria apresentada, mas o regimento da eleição da coordenação
331 executiva precisava ser aprovado, e se ocorresse à inversão de pauta poderia ter o
332 esvaziamento do Pleno. A eleição da mesa teria que acontecer para legalizar a política

333 que poderia ser aprovada, os conselheiros tinham ciência das irregularidades que
334 estavam acontecendo no Conselho, e que o melhor era parar e resolver para depois dar
335 continuidade, porque a política poderia ser comprometida pelas ações que estavam
336 acontecendo. Disse: “A mesa tem que decidir se vai colocar em votação ou se vai seguir
337 o regimento porque o pedido de inversão só poderia acontecer no início da reunião.” O
338 **Senhor Presidente** informou que os conselheiros precisavam ter bom senso e que todas
339 as falas foram importantes e significativas, mas precisava dar agilidade a reunião.
340 “Aconteceu um questionamento com relação à pauta e precisava colocar no pleno para
341 resolver e estavam perdendo minutos preciosos que poderia estar deliberando.”
342 Informou que teve uma questão de ordem do conselheiro Silvio, solicitando a inversão
343 de pauta e entendia a conselheira Isadora informou que regimentalmente, só poderia ser
344 no início da reunião, porém não estavam usando essa prática e às vezes os hábitos e os
345 costumes viravam normas e precisavam se policiar com relação as movimentações no
346 Conselho. Colocou em regime de votação a proposta do conselheiro Silvo de inversão
347 de pauta, que tiveram 16 votos e a proposta do conselheiro Paulo de não inversão da
348 pauta que obteve 04 votos. Aprovada a primeira proposta. E passou a fala para a
349 expositora **Maria Luísa de Castro Almeida** que apresentou a Política Estadual de
350 Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, que foi encaminhado por e-mail para
351 todos os conselheiros. O **Senhor Presidente** informou que antes de abrir as falas para
352 todos os conselheiros, iria passar a palavra para a conselheira Vera representante do
353 conselho Estadual de Saúde na comissão de práticas integrativa. A **Conselheira Vera**
354 **Lúcia Gonçalves de Jesus** informou que estava feliz e emocionada por estar
355 presenciando aquele momento e da Bahia estar dando aquele ponta pé. Saliu que
356 não participou das últimas reuniões da comissão porque estavam com alguns problemas
357 familiares. Fez questão de estar presente naquela reunião presenciando aquele momento
358 porque foi uma luta e ao longo do tempo vinham discutindo as práticas e tentando trazer
359 para o conselho. Informou que fazia parte da comissão representando os usuários e
360 como ativista representando a pastoral da saúde, estava sempre nas comunidades, e
361 inserir às necessidades dos usuários no documento das práticas integrativas foi uma luta
362 muito árdua com discussões sérias, o que originou a política. Parabenizou a toda a
363 equipe que se colocou à disposição e relatou que sofreram muito para que o documento
364 saísse. Disse que como era membro da comissão nacional, representando o Conselho
365 sempre levava às necessidades, e sempre informou que a política deveria ser pautada no
366 CES. Informou no grupo da comissão nacional que a política seria pautada na reunião
367 do CES e as pessoas ficaram muito contentes. E que foi palestrante em duas
368 conferências municipais de Saúde em Crisópolis e Muritiba, e falou sobre o direito a
369 saúde e fomentou a necessidade da implantação da política Municipal de práticas
370 intergrativas. “Em Muritiba um grupo se interessou e uma enfermeira ficou empenhada
371 em fomentar a necessidade”. Disse que o documento estava pronto, mas como nada era
372 perfeito poderiam aparecer algumas coisas para acrescentar, mas diante de tudo que foi
373 discutido nas reuniões contemplou praticamente todas as áreas, e que precisavam fazer
374 valer as práticas integrativas na Bahia. O **Conselheiro Walney Magno de Souza**

375 parabenizou a senhora Luísa pela apresentação e informou que os povos tradicionais da
376 Bahia e do Brasil já praticavam às práticas no dia a dia. Registrou que a presença dos
377 Cubanos no Brasil marcou uma nova história da biomedicina que foram os mais
378 beneficiados. “Os cubanos nos estimularam a resgatar a medicina natural, citou como
379 exemplos que os povos indígenas, a maioria não tinha geladeira e para conservar a carne
380 tinham que fazer o uso do sal, só que a maioria tinha pressão alta, e os médicos fizeram
381 um trabalho com os agentes de saúde, enfermeiros indígena e mudaram a história dos
382 povos indígenas na Bahia. Como representante da comissão estadual de povos
383 tradicionais vinha discutindo para levar essas práticas para eles também, e que os povos
384 de terreiro faziam um trabalho muito interessante e não percebeu aquilo na
385 apresentação. Informou que já vinha lutando há algum tempo por essas práticas,
386 inclusive tinha uma emenda parlamentar de um deputado federal, aprovada para tocar o
387 trabalho e gostariam de fazer em parceria com a comissão para o enriquecimento do
388 trabalho. “Na apresentação conta um decreto nº 849 que inclui a dança circular, uma
389 prática dos povos tradicionais e os povos indígenas estão fora desse projeto e gostaria
390 de contribuir com raízes, histórias e saberes dos povos indígenas.” Salientou que a
391 Bahiafarma poderia estar incluso naquele programa ajudando os povos indígenas.
392 Registrou que os povos indígenas realizaram o terceiro acampamento em Brasília, com
393 possibilidade do movimento para garantir o direito, e o Presidente Bolsonaro decretou
394 que as forças nacionais ficassem a 33 dias tomando conta do movimento. E informou no
395 seu Facebook oficial que iria acabar com esse acampamento porque era realizado com
396 recursos do povo, jogando a comunidade contra o movimento e que aquilo não era
397 verdade. Registrou que o conselheiro Silvino estaria participando do acampamento
398 colaborando no sentido da construção e reforçou o interesse de participar efetivamente
399 da política. **O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos** registrou que a
400 Organização Mundial de Saúde, reconhecia as práticas integrativas de saúde como uma
401 forma decorativa. Disse que as pessoas precisam ser capacitadas para compreender o
402 processo e passar a serem defensores das práticas integrativas, por que as práticas tem
403 que ter o conhecimento das pessoas que irão receber os benefícios. “Vamos enfrentar
404 um grande desafio que são as proposta das indústrias farmacêuticas que era totalmente o
405 contrário, e precisa elaborar estratégias para enfrentamento”. Citou como exemplo,
406 promover pesquisas para mostrar os resultados, para ter elementos suficientes para fazer
407 a defesa frente aos interesses do capital. “Sabemos que o capital é muito perverso e não
408 gosta dessas práticas, porque o objetivo deles é ganhar”. Informou aos conselheiros que
409 participava do CONEP e que existia uma câmara específica que cuidava da saúde da
410 população indígena, e foram apresentados vários projetos pelas Indústrias
411 Farmacêuticas para inserir medicamento dentro da comunidade indígena, eles não
412 queriam que os índios se tratassem sozinhos e queriam introduzir medicamentos
413 industrializados para ganhar dinheiro. “É importante o diálogo para fortalecer as
414 pesquisas e promover a campanha educativa, para que as pessoas tenham essas
415 informações que a melhor forma de tratar são através dos produtos naturais”. Disse que
416 a Indústria Farmacêutica tem investido muito pesado para poder introduzir dentro das

417 comunidades medicamentos. Reforçou a fala do conselheiro Walney, informando que
418 estaria no terceiro acampamento apoiando o movimento e convidou todos os
419 conselheiros para participar às 19 horas de uma celebração ecumênica em frente à
420 Assembleia. **O Conselheiro Márcio Costa de Souza** parabenizou Luísa e a toda equipe
421 pela elaboração da Política, e que no momento que estavam vivendo, se percebia cada
422 vez mais forte a luta pelo imperialismo. “Temos que cobrar a qualificação porque é
423 fundamental, quem trabalha na academia sabe que a hegemonia das práticas biomédicas
424 ainda sobressai, e se formos à matriz curricular dos cursos da área de saúde na maioria
425 das vezes temos um componente curricular, quando tem”. Como não conseguimos
426 mudar podemos fazer essa invenção, qualificar todos trabalhadores da área da saúde
427 para todos conhecerem para poder apoiar, justificar e defender as práticas integrativas.
428 **A Conselheira Valdete Francisca da Silva** parabenizou a Dra. Maria Luísa e a toda
429 equipe pela elaboração da Política das Práticas Integrativas. Informou que as práticas
430 são milenares e acompanha a todos todo o tempo, mas são pouco divulgadas. Agradeceu
431 ao Conselho por trazer o tema tão importante e tão enriquecedor, e que todos usam as
432 práticas ao decorrer do dia até mesmo ao tomar um chá caseiro. “Nos hospitais,
433 inclusive as práticas integrativas eram utilizadas quando colocavam bolsa de água
434 quente ou água gelada.” Disse que com a aprovação da política a saúde vai melhorar a
435 saúde e a sociedade vai ganhar, porque as práticas integrativas, além de tudo elas
436 ajudavam o ser humano a se encontrar e adquirir o seu equilíbrio interior e ajudava
437 muito na qualidade de vida do ser humano. **O Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e**
438 **Silva** parabenizou pela apresentação e pela conquista de ter as práticas integrativas
439 como uma Política de Estado. Disse que nos congressos de Enfermagem e Conferências
440 que participou sempre colocou as necessidades das práticas integrativas, e que existia
441 uma linha que precisava ser fortalecida, enquanto uma política de estado e o Conselho
442 Estadual de Saúde teria que ter uma influência muito grande, porque sempre existiram
443 grupos de negação e esses grupos ainda continuavam. “Temos uma política de práticas
444 integrativas que antes era chamada de “medicina alternativa”, como se fosse algo
445 marginal, achavam que era algo que feria o processo biológico da assistência à saúde”.
446 “A política se transformou em uma conquista, quando se tras às práticas integrativas
447 com conteúdo, diretrizes, proposições, pesquisas futuras e atuais e quando a
448 Universidade se colocou dentro desse processo não dúvidas de que a tendência era
449 crescer, já que as práticas integrativas era uma política de estado e precisavam fortalecer
450 que as produções dos insumos fossem pela Bahiafarma, agradeceu a todos pela luta e
451 por conseguir transformar as práticas integrativas em uma política de estado. **A**
452 **Conselheira Tereza Cristina Bomfim de Jesus Deiró** parabenizou a senhora Luísa pela
453 apresentação e pelo seu compromisso das Universidades públicas. lembrou que as
454 universidades públicas estão sendo engolidas pelas faculdades particulares, não estava
455 sendo contra os profissionais, mas contra o estado Brasileiro que não estava
456 conseguindo assumir seu papel de educar. Informou que esteve em Brasília por fazer
457 parte da comissão de RH e tinha 73 processos de faculdade da área de saúde e só do
458 Estado da Bahia tinham 04. Citou essa questão porque nem de longe se falava das

459 práticas integrativas e nem se enxergava os seres humanos como um ser integral, em
460 toda sua estrutura física, biológica e estrutura emocional. Disse que fazia parte de
461 algumas comissões no Conselho e não estava conseguindo se reunir por conta das
462 demandas da conferência, para trazer questões tão importantes quanto às das práticas
463 integrativas que veio em um momento muito bom, porque seria reforçado na
464 conferência estadual. Informou que a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da
465 Bahia – FAPESB não tem oferecido ao longo desses anos nenhum apoio financeiro para
466 esse tipo de pesquisa. Enfatizou que o envolvimento do Conselho Estadual de Saúde e a
467 interlocução com as Universidades deveria ser tratado como um dever, caso contrário a
468 política não avançaria. Solicitou como ponto de pauta do Conselho Estadual de Saúde, a
469 quantas andava a FAPESB, porque havia muito tempo que não conseguia nenhum apoio
470 financeiro para nenhuma das suas pesquisas. Para finalizar enfatizava que no Hospital
471 das Clínicas, o CETAD que lida com a questão da saúde mental e com os usuários de
472 substâncias psicoativas, e gostaria de saber como essa política de práticas integrativas
473 poderia ajudar aquelas pessoas no CETAD e CAPS. **O Senhor Eduardo de Agueda**
474 **Nunes Calliga, Secretário Adjunto do CES** informou que alguns profissionais já
475 estavam utilizando as práticas integrativas dentro dos Centros de Atenção Psicossocial -
476 CAPS. **O Conselheiro Aldenilson Viana Rangel** informou que a apresentação sobre as
477 práticas integrativas vinha de encontro ao que os agentes comunitários faziam no seu
478 dia a dia. A luta nas unidades básicas de saúde para o acolhimento das pessoas que
479 buscava um atendimento básico e de qualidade, e se não encontrasse a resposta vinha
480 para cima do trabalhador. Salientou que gostaria de ver os agentes comunitários na lista
481 de qualificações dos profissionais, já que a atenção básica era porta de entrada e os
482 agentes comunitários têm muito a contribuir nessas discussões. Disse que em 1998
483 quando iniciou o Programa de Agentes Comunitários em Salvador, tinha uma equipe em
484 Pituaçu que faziam um trabalho de caminhada com idosos e durante a caminhada pelo
485 parque metropolitano, viam muitos desses idosos recolhendo as plantas medicinais para
486 fazerem seus chás, e hoje estavam vendo a criação de uma política de estado sobre as
487 práticas integrativas. Parabenizou a toda a equipe e informou que era dessa forma que
488 se construía uma política melhor para os usuários. **A Conselheira Gladys Maria Almeida**
489 **Santos** parabenizou a toda equipe pela a apresentação que resgatou o histórico das
490 Práticas Interativas e Complementares – PICS que também era importante no espaço do
491 Conselho. Salientou a importância de se trabalhar em eixo como foi apresentado, que
492 mostrava a prevenção dentro daquele espaço, prevenção dos agravos, promoção a Saúde
493 e o acolhimento que era tão caro em qualquer processo de adesão. “Foi colocado no
494 início da reunião sobre a projeção do PPA, se a política fosse aprovada seria importante
495 o direcionamento para o PPA que estava em construção, porque não existia política sem
496 financiamento.” Disse que pensar nessa perspectiva, era elevar para reforçar o debate,
497 porque via sempre a conselheira Vera trazendo aquele debate no Conselho e em outros
498 espaços e estava se pensando em um espaço das PICS na Conferência Estadual de
499 Saúde, o que seria um marco muito importante. Disse que tinha trabalhado dentro de
500 uma perspectiva biomédica muito central e resgatando o que era tradicional do que

501 vinha do povo, era importante pelo respaldo científico do que era construído. Sinalizou
502 a importância do financiamento e da divulgação da política para uma adesão maior as
503 PICS como fundamental para o processo de saúde física e psíquica. **O Conselheiro**
504 **Marcos Antônio Almeida Sampaio** parabenizou a todos que participaram da elaboração
505 da Política e informou que era importante a aprovação porque estava se iniciando as
506 discussões dos instrumentos de gestão, e precisava correr para encaminhar aos espaços
507 para que a política pudesse permear por outras políticas. Ressaltou a presença do senhor
508 Cristiano Diretor da Atenção Básica e da senhora Rivia Barros Superintendente da
509 SUVISA, e disse que iriam sair da reunião sabendo que uma política estava sendo
510 aprovada. Salientou a importância da transversalidade da política com o que acontecia
511 no dia a dia, visto que a cada dia que passava se aprofundar para uma sociedade mais
512 doente e que teria de optar por dois caminhos, as práticas integrativas ou se enterrar nos
513 medicamentos. “O Conselho precisa urgentemente e Cássio como representante da
514 gestão poderia auxiliar na participação dos conselheiros na elaboração do PPA”. E que
515 informações recebidas diziam que o PPA já estava sendo discutido em outros âmbitos; o
516 PDR - Plano Diretor Regional e o Plano Estratégico da Secretaria que discutiram como
517 importante e foi uns dos grandes embates nesse Conselho, estavam sendo discutido a
518 parte. “Se o Conselho estava ficando a parte de tudo, dessa forma as políticas que são
519 aprovadas pelo Conselho iriam ficar a parte”. Disse que precisavam discutir com a
520 gestão que essas questões precisavam voltar, porque o sentimento de estar a parte era
521 ruim e ficavam com a incerteza de que as propostas da Conferência não ficariam a parte.
522 “Possa ser que ao término da Conferência, o PPA esteja fechado e as propostas da
523 conferência fiquem a parte”. Colocou que precisavam reforçar essa discussão para que
524 as políticas aprovadas fossem inseridas no PPA, para não parecer que as políticas
525 aprovadas pelo Conselho, mas não vão para lugar nenhum. “Precisavam ter a garantia e
526 a sensibilidade da gestão porque é importante que o Conselho tenha a garantia da gestão
527 para afirmar as pessoas que propostas que sejam possíveis estarão no PPA e nos
528 instrumentos de gestão”. **O Conselheiro Francisco José Sousa e Silva** parabenizou pela
529 apresentação da política e informou que era um momento histórico por ser ano de
530 conferência, a apresentação da política era a prova necessária para se desconstruir o que
531 se diz sobre as propostas de conferências de saúde que não vão para lugar nenhum, e
532 que não adiantava de nada. Disse: “Quantas conferências estaduais, municipais e
533 nacionais foram realizadas para criação da política para avaliação e aprovação do
534 Conselho de Saúde, dessa forma que se constrói um Sistema Único de Saúde”. Colocou
535 que mês de julho iria acontecer a 10ª Conferência de Saúde e a política era um presente
536 para o Conselho de Saúde, que a apresentação ficasse como marco histórico para a
537 certeza e a consciência de que nossos trabalhos não são em vão. E que recentemente foi
538 assinado um decreto que colocava em cheque a vida dessas instituições que tentavam
539 levar a participação da população na política pública, que são os Conselhos e as
540 Conferências de Saúde, e isso aqui era a prática do que era o controle social. Disse:
541 “Teve inclusive a discussão do Relatório da Conferência da Saúde das Mulheres sobre
542 as moções, porém era através de moções e propostas que eram aprovadas que se

543 construíam as políticas para aprovação, e a partir da aprovação iriam ver a consequência
544 da política na área da saúde”. Colocou como fator importante após aprovação da
545 proposta da política pelo Conselho, que o movimento precisava continuar em prol da
546 política, caso contrário, a política não iria sair do papel. Porque todas as políticas
547 públicas, principalmente na área da saúde, só tem eficácia se o movimento continuar
548 atuando, como atuou lá atrás com moções e com as propostas chegando até a proposta
549 da política. Por fim, parabenizou a todos aqueles que de fato ajudaram a construir a
550 política e a todos que são construtores do Sistema Único de Saúde. **A Conselheira Maria**
551 **Helena Ramos Belos** parabenizou Dra. Luísa pela apresentação, informou que Luísa era
552 uma companheira de longas caminhadas que trabalhava na busca de melhoria da
553 qualidade de vida, principalmente da juventude em situação de violência, e que criou
554 um fórum comunitário de combate à violência no Nordeste de Amaralina. Disse que
555 estava contente em ver apresentação da proposta da política, porque não era fácil
556 pensar, construir, elaborar e principalmente mobilizar pessoas para trabalhar na
557 construção de uma política e fizeram isso muito bem. Um trabalho muito bem
558 elaborado porque era muito difícil pensar em uma política que iria beneficiar a todos
559 naquele momento de desmonte e desrespeito. “A política vai ajudar muito as pessoas a
560 terem acesso a medicamentos com baixo custo, principalmente nesse momento em que
561 encontramos em cada esquina uma farmácia aberta indo de vento em polpa, e que
562 aquele era um momento muito importante desse processo de construção”. **A**
563 **Conselheira Vera Lúcia Gonçalves de Jesus** informou que a discussão da política era
564 importante pela aproximação da 10ª Conferência Estadual de Saúde, onde seria
565 necessário fortalecer as práticas integrativas, por esse motivo foi votado para a inversão
566 da pauta. Respondeu ao questionamento da conselheira Gladys sobre o financiamento,
567 uma das falas do Secretário na reunião da comissão foi que poderia tocar a política, mas
568 não teria o dinheiro para o financiamento. Mencionou que outra discussão que
569 aconteceu na comissão foi como ficaria o reconhecimento dos territórios, porque no
570 início como a comissão era ampliada tinha a participação de pessoas de terreiro,
571 movimento social e outros, e que esses espaços fossem reconhecidos dentro da política
572 como espaço do cuidado, valorizando assim os saberes populares. Sobre o
573 questionamento do conselheiro Walney respondeu que no Congresso das PICS
574 realizado no Rio de Janeiro, alguns representantes indígenas que estavam presentes
575 foram resistentes à inclusão das práticas indígenas na política de práticas integrativas
576 por causa da desinstitucionalização, com medo de sofrerem alguns impactos. **O**
577 **Conselheiro José Vasconcelos de Freitas** presenteou a senhora Luísa com um adesivo
578 que elaborou sobre a prevenção das doenças renais (a cor da urina) e confeccionado
579 com ajuda do conselheiro Cássio e divulgado em toda a Bahia. Mencionou que o
580 conselheiro Walney fez um questionamento muito importante sobre os povos indígenas,
581 e o conselheiro Silvino também fez um questionamento muito importante sobre a
582 CONEP, em que esteve presente em Brasília, discutindo sobre os laboratórios fabricante
583 de remédios. Informou sobre um fato importante que aconteceu em Manaus há 02 anos,
584 estava visitando uma aldeia e representantes de grandes laboratórios estavam com os

585 índios buscando as sabedorias indígenas para fabricar as substâncias dos remédios que
586 todos tomam. Perguntou por que não fazemos isso? Deixa os grandes laboratórios pegar
587 as essências indígenas para produzir os remédios que no futuro estaria no mercado.
588 Enfatizou sobre uma fala que já tinha feito no conselho, quando tirou o chapéu para se
589 proteger de insetos e os índios disseram que não existiam índios carecas, e um
590 laboratório levou um Pajé para França e com dois meses veio com uma substancia
591 fabricada para calvície. Elogiou a senhora Luísa pelo trabalho lindo que estava fazendo.
592 **O Senhor Eduardo de Agueda Nunes Calliga Secretário Adjunto do CES** parabenizou a
593 senhora Luísa pela apresentação e informou que o conselheiro Francisco fez uma falar
594 muito importante de resgate e que chegar até o Conselho à política foi muito importante
595 à inquietação da comissão, e inquietação contagiou a todos os presentes. Disse que tem
596 acompanhado de perto a aplicação das práticas na saúde mental. Disse que era um
597 momento muito feliz para ele como usuário de saúde mental. Disse que as práticas já
598 estavam acontecendo dentro da saúde mental, mostrando que existiam multiplicadores
599 de práticas integrativas dentro do serviço de saúde mental e acompanhava de perto as
600 práticas com alguns usuários. Disse que estava tendo uma certa resistência por parte de
601 alguns ao fazer as práticas perguntando se era macumba e que ele informava que eram
602 práticas integrativa medicinais, mas também eram práticas de politicas, porque seria um
603 enfrentamento a politica do capitalismo, porque as práticas integrativas iriam bater de
604 frente com a farmacologia. “Vivemos no país que não dá opção aos seus usuários a
605 optar por outros métodos ou manobras que não sejam as tradicionais deles, porque as
606 nossas são as que foram apresentadas.” “Além de aprovarmos a proposta das práticas
607 integrativas é preciso que acompanhem de perto o financiamento das PICS e outras
608 coisas mais.” Finalizou dizendo: “Hoje é um momento único e quem sabe faz a hora não
609 espera acontecer”. **O conselheiro Cássio André Garcia** parabenizou a toda à equipe da
610 SESAB, através da Diretoria de Gestão do Cuidado - DGC e todas as instituições que
611 participaram da criação da politica. Disse que quando teve a oportunidade de ser
612 Secretário de Saúde no município de Juazeiro tentou implantar algumas dessas práticas,
613 porque transformava o ambiente de trabalho trazendo uma diferença incrível nos
614 resultados práticos na comunidade. “Nesse sentido o Conselho estava mais uma vez
615 aprovando uma politica muito importante, porém os trabalhos não poderiam parar
616 porque a implantação da politica ainda precisava passar por diversos desafios. Salientou
617 que boa parte da politica, precisaria da implementação dos municípios e reforçou com o
618 presidente Ricardo Mendonça, a necessidade de levar a politica para Comissão
619 Intergestores Bipartite e Tripartite para ampliar a divulgação. Mencionou que haveriam
620 resistências dos profissionais de todas as classes e as questões das indústrias
621 farmacêuticas com os tratamentos da medicina convencional e até mesmo da população,
622 porque quando um profissional, propõe alternativas de tratamento, a aderência não era a
623 mesma surgindo questionamentos. Disse que o desafio era grande, porém foi dado um
624 passo importante como todas as politicas que já foram aprovadas no Conselho, cabia a
625 todos monitorar, divulgar e reforçar na conferência para conseguir quebrar as barreiras.
626 Finalizando, respondeu ao questionamento do conselheiro Marcio informando que a

627 conselheira Patrícia estava acompanhando na escola, a questão das PICS com a SESAB,
628 para elaborar um processo de qualificação dos profissionais e posteriormente seria
629 divulgada, uma consequência da política naturalmente. Quanto ao questionamento do
630 conselheiro Marcos sobre o PPA, informou que estava inserindo no PPA e que estava
631 em elaboração às iniciativas de forma transversal para contemplar ações, para que
632 possam ser monitoradas e cobradas efetivamente. Salientou que a reunião estava sendo
633 bastante produtiva com a aprovação de uma política que poderia modificar a nossa
634 realidade. **O conselheiro Walney Magno de Souza** informou que diante do que foi posto
635 preferia não entender que na Bahia não tinha referência dos povos tradicionais e
636 acreditava que não foi por conta da fala de um representante indígena no Rio de Janeiro
637 que os povos tradicionais da Bahia, ficaram de fora do processo de elaboração da
638 política, acreditava que tenha sido uma falha dos povos indígenas. Registrou que os
639 povos indígenas têm ocupado os espaços do controle social com grandes dificuldades,
640 porém vêm conquistando muitos espaços, mas tem ficado a margem das evoluções de
641 políticas para os agronegócios e as grandes indústrias. Informou que as comunidades
642 indígenas criaram um projeto quintal de plantas medicinais por conta da experiência
643 com os cubanos, e enfatizou que na Bahia os povos tradicionais têm discutido com o
644 Conselho, território de cidadania e até mesmo fora da Bahia, deixando claro que estava
645 aberto para discussão por saber da importância da política. Salientou que não poderia
646 deixar passar a oportunidade de mostrar para as pessoas os trabalhos dos povos
647 indígenas e nem deixar de ajudar a construir a política. Os povos indígenas e os povos
648 tradicionais não podiam ficar de fora da construção da política porque alguém disse que
649 os índios não querem. Salientou que estava fazendo esse questionamento porque não viu
650 na apresentação da proposta experiência com os povos tradicionais e na oportunidade
651 solicitava a inserção até para que pudessem ajudar na construção. **O Senhor Presidente**
652 **Ricardo Mendonça** informou que iria passar para a senhora Luísa fazer as considerações
653 finais e após colocaria em regime de votação a Política de Estadual de Práticas
654 Integrativas e Complementares em Saúde. **A Senhora Maria Luísa de Castro Almeida**
655 informou que se sentia feliz em estar apresentando as PICS no espaço de exercício da
656 democracia e da cidadania que era o Conselho Estadual de Saúde, e quando estava nesse
657 espaço, se revigorava levando a fazer várias reflexão sobre os rumos do controle social
658 do país e que lembrou de uma fala do passado que ninguém deve soltar a mão de
659 ninguém nesse momento. Salientou que todas as experiências vividas ajudaram na
660 construção da política. Agradeceu a conselheira Maria Helena por lembrar-se da sua
661 atuação no Fórum de Combate a Violência na comunidade do Nordeste de Amaralina a
662 qual a conselheira pertencia. Salientou também que aprendeu muito na comunidade com
663 o enfrentamento da violência, e no dia que foi apontado um projeto chamado itinerário
664 do saber, a primeira coisa que pensou foi propor uma formação em Terapia Comunitária
665 Intragravativa – TCI, para os agentes comunitários em saúde com vista aos jovens que
666 estavam morrendo por conta da violência e os conflitos em seus territórios que se
667 acirrava mais ainda. Essa experiência ajudou a fazer um link dessas vivências,
668 mostrando a importância da troca da pluralidade no espaço do controle social.

669 Agradeceu juntamente com Graça colega com quem divide a área técnica, à sua
670 coordenadora Liana, que embora não tenha ido para todas as reuniões da comissão, mas
671 foi muito importante para dar um norte na elaboração da política, mostrando por onde
672 começar, o que fazer diante dos impasses e mostrando como se reorganizar para
673 elaborar a política. Informou que Liana também fez o arcabouço da política por não
674 saber por onde iniciar, foi muito importante para a área técnica exercendo seu papel de
675 coordenação, e ao mesmo tempo fazendo sair do papel de técnica para entrar na
676 militância da política com esse equilíbrio, facilitando a elaboração da política porque
677 estavam na técnica e gestão, porém não perderam a condição de cidadã e cidadão.
678 Agradeceu por todo apoio dado para estar apresentando a política no Conselho, lembrou
679 que queria divulgar amplamente a política e Eliane mandou ter calma porque primeiro
680 tinha de passar pelo CES e depois pela CIB. Informou que tinha que abrir um processo
681 para passar por determinadas instâncias, sendo bastante importante nesse processo.
682 Informou que o questionamento do conselheiro Walney era um desafio muito grande
683 por conta de todas as histórias que tem pregressa à marginalização, aculturação dos
684 povos indígenas e tudo que foi feito em relação às culturas tradicionais. Esse
685 questionamento foi objeto de muitas discussões, dúvidas e conflitos dentro da comissão,
686 levantado pela conselheira Vera que se surpreendeu lá. A conselheira trouxe esse
687 questionamento por ter se surpreendido na reunião da comissão, porque se discutiu a
688 necessidade do resgate das culturas tradicionais, tanto que foi citado na política o GT de
689 práticas tradicionais e populares. “Esse GT foi criado demandado pela conselheira Vera
690 Lúcia para contemplar os quilombolas, as culturas africanas, as culturas indígenas, as
691 benzedeiras, as rezadeiras e as xamãs, então todos foram pensados, agora precisava ver
692 como será operacionalizado na prática dentro de uma estrutura burocrática, a
693 preocupação era que a população não tenha justamente a descaracterização das práticas
694 populares, tradicionais e ancestrais.” “Não quis dizer que vai ser excluído da política,
695 mais precisamos buscar estratégia para inserir as culturas tradicionais e populares nas
696 PICS, fazendo que elas preservem a suas identidades e a sua originalidade.” Citou o
697 conselheiro Aldenilson que falou sobre os agentes comunitários, setores estratégicos
698 para fazer essa interface da cultura sem invadir a originalidade dessas práticas. Com
699 relação à educação permanente disse que aconteceu na Bahia um curso de formação
700 para profissionais da rede básica em parceria com a Universidade de Santa Catarina, e
701 que foi dado esses cursos e tiveram cerca de 130 pessoas formadas em auriculoterapia
702 da atenção básica de vários municípios, e existia o projeto Itinerário do Saber que estava
703 tramitando na escola de saúde pública e iria verificar o que estava acontecendo no
704 ministério para que o projeto aconteça. “Trouxemos essa proposta da terapia
705 comunitária integrativa que é algo que precisa ser priorizado, uma formação para os
706 agentes da atenção básica para trabalhar a questão dos conflitos e o sofrimento mental e
707 todas as vicissitudes pelas quais passam nossas populações pelos recônditos do país.”
708 “As terapias comunitárias integrativas não vêm com uma proposta de ser um espaço
709 terapêutico formal, porém é uma técnica que precisa ser pensada com muita
710 seriedade, cientificamente, porque estamos vendo o recrudescimento da mortalidade dos

711 jovens pela violência, um problema de saúde pública muito sério e era uma das
712 estratégias.” Disse que dentro da proposta da educação permanente, tem a formação de
713 prática corporal, um projeto que já estava tramitando, tinha um profissional que estava
714 disponível para dar esse curso. Colocou que em 2015 aconteceu uma oficina de Práticas
715 Integrativas em Saúde Mental com a participação de vários profissionais da rede de
716 atenção psicossocial. “Sabemos que essa oficina rendeu bons frutos no sentido de
717 implantar práticas integrativas em alguns dos espaços em atenção à saúde mental.”
718 Informou que na Bahia tinha vários atores sociais participando da comissão
719 organizadora, inclusive conselheira Vera Lúcia estava dando um apoio e informou sobre
720 a realização do 2º Congresso Nacional de práticas integrativas que iria acontecer em
721 Lagarto-Sergipe. “Não estava na comissão, porém estava dando um apoio por ser
722 conselheira Federal do Conselho de Enfermagem e o Conselho de Enfermagem estava
723 apoiando.” Sobre o financiamento disse que era algo que estava fortemente ligado a
724 duas questões: uma era a pressão do controle social e a outra era saber de fato o que
725 queria e como se colocar. A senhora Maria Luiza disse que foi aprovada à unanimidade
726 uma moção para a implantação das PICS nos municípios, que tiveram 75 assinaturas ao
727 passar o documento bem rapidamente, e aprovando o documento na plenária final.
728 “Com certeza se levar para a Conferência Nacional vamos dar impulsionamento para
729 fortalecer a bandeira do financiamento das PICS. “Precisamos ser estratégico no sentido
730 de dar visibilidade as PICS, e só vamos dar visibilidade quando começarmos a registrar
731 e monitorar com seriedade a prática de PICS nos espaços do cuidado.” A senhora Maria
732 Luisa disse que estava com o sistema de informação muito incipiente e muito precário,
733 ao ponto do seminário para o fortalecimento da atenção básica, promovido pelo
734 Ministério da Saúde, m que teve que correr porque a professora Ana Amélia descobriu
735 uma grande falha em uns dados que iriam apresentar no seminário, mostrando que
736 precisavam de fato da capacitação dos profissionais no monitoramento. Disse que já
737 fizeram um primeiro encontro com os apoiadores da atenção básica, sinalizando isso, e
738 tinham essa grande tarefa de estar investindo em educação permanente no
739 monitoramento, avaliação, informação e divulgação das PICS. “Como diz o ditado,
740 àquilo que não é visto não é desejado, e precisamos garantir o financiamento a partir da
741 visibilidade das PICS.” Agradeceu ao conselheiro Vasconcelos informou que faz parte
742 da comunidade de renais. Saliou que estava muito feliz de ter conseguido criar a
743 política, porém as práticas integrativas estavam apenas começando e tem que ir com
744 força total porque de fato era um movimento contra o hegemônico, e as Indústrias
745 Farmacêuticas, investindo pesado em medicamentos. Disse: “Quando a última portaria
746 foi publicada completando 29 práticas integrativas, saiu artigo pesado do Dr. Dráuzio
747 Varella, desqualificando as práticas integrativas com uma charge que colocando a
748 posição das mãos em cima de um monte de dinheiro, como se estivéssemos defendendo
749 mais um segmento do mercado da saúde e a saúde como um bem de mercado com uma
750 visão bem capitalista.” “Sabemos que esse movimento terá questões corporativas.”
751 Disse que participava do Conselho de enfermagem, órgão que regulamenta a profissão
752 de enfermagem, estava vendo as profissões se digladiando pelas práticas integrativas.

753 “O que diz para as pessoas que precisava oferecer as práticas de uma forma qualificada
754 independente de qual segmento seja o dono, precisava mais que tudo garantir o acesso
755 do cidadão a essas práticas.” A senhora Maria Luiza encerrou agradecendo e dizendo a
756 comissão que iria arregaçar as mangas para continuar o trabalho. **O senhor Presidente**
757 agradeceu a Luísa e toda a equipe que participou da construção da política das práticas
758 integrativas, agradeceu também a todos os conselheiros participaram da comissão.
759 Porém, como já foi dito anteriormente após a aprovação da política cabia ao conselho
760 impor a gestão que coloque política em prática. Informou que após a votação iria
761 colocar um desdobramento para colocar as práticas para funcionar. **O senhor presidente**
762 **Ricardo Mendonça** colocou em regime de votação a Política Estadual de Práticas
763 Integrativas e Complementares em Saúde, que foi aprovada à unanimidade. **O senhor**
764 **presidente** informou que iria encaminhar um ofício solicitando que a CIB colocasse na
765 próxima reunião para pactuação entre município e o estado, a política das práticas
766 integrativas e salientou que o Conselho iria ficar bastante atento na discussão da política
767 anual de saúde e o PPA. Solicitou a área técnica que ajudasse disponibilizando recursos
768 para implantação da política. Chamou a atenção que a atenção básica precisava estar
769 incorporada ao projeto, para ver como conseguiria colocar a implantação da política nos
770 municípios. “Porque às vezes vai para CIB e não há uma pactuação, citou como
771 exemplo a política do pé diabético que foi aprovada, mas não aconteceu uma pactuação
772 com os municípios e o estado colocava toda sua estrutura e as coisas não aconteciam.
773 Registrou a presença da Superintendente da SUVISA - Dr^a Rívia Barros, do Presidente
774 do Conselho Municipal de Saúde de Salvador - Dr. Fabio e sua Secretária Adjunta -
775 Maria Antônia. Informou que recebeu no Whatsapp que o Ministério da Saúde, que
776 através da sua Secretaria de Gestão Participativa, encaminhou um ofício para a SESAB,
777 informando a finalização de um convênio, que teria seus recursos utilizados na gravação
778 de vídeos para divulgação 10^a Conferência Estadual de Saúde. “Uma parte do recurso
779 estava destinado ao Conselho Estadual de Saúde a outra parte ao mobiliza que utilizou o
780 recurso, porém por decisão do Ministério da Saúde, o convênio foi rescindido.” Disse que
781 isso mostrava que o Governo Federal estava impondo a participação efetiva do controle
782 social no Sistema Único de saúde, e assim que a informação chegasse ao Conselho daria
783 encaminhamento e comunicaria ao Conselho Nacional de Saúde, já que se tratava de
784 uma esfera federal. E faria essa denúncia ao Conselho Nacional de Saúde que o governo
785 mais uma vez tentava de qualquer forma “aleijar” o Controle Social, cortando a garantia
786 constitucional de exercer o controle da saúde e das políticas públicas, aleijando os
787 braços da população. Informou que iria encaminhar para todos os conselheiros (as) o
788 ofício para terem ciência. Convidou os membros da comissão eleitoral para falar sobre o
789 Regimento e Cronograma do Processo Eleitoral da Coordenação Executiva do CES –
790 Biênio 2019-2020. **O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos** informou que no
791 dia 31 de janeiro de 2019, o pleno do CES criou uma comissão eleitoral para eleição da
792 composição da nova mesa diretora e que a comissão foi composta pelos seguintes
793 conselheiros (as): Valdemir Medeiros da Silva, Raimundo Rodrigues Cintra, Cassio
794 André Garcia, Stela dos Santos Souza, José Silvino Gonçalves dos Santos, Eliane

795 Araújo Simões e Paulo Fernando Studart. Informou que a comissão se reuniu e
796 construiu o cronograma e elaborou o regimento eleitoral que obedecia a todas as
797 orientações do regimento do CES. Salientou que contou com a colaboração da
798 conselheira Isadora Maia e Dr. Vitor que ajudou com as legalidades da interpretação do
799 regimento, sendo muito importante para que deixasse de fora algo e se aproximasse o
800 máximo possível da realidade do regimento que rege o Conselho. Relatou que no início
801 a comissão teve certa dificuldade por conta das realizações das conferências municipais
802 de saúde, porém ao finalizar as conferências, a comissão se dedicou para elaboração do
803 cronograma e o regimento. Salientou que faria um esclarecimento antes de fazer a
804 leitura do regimento, e informou que no regimento constavam as datas de todo o
805 processo eleitoral, porém as datas não seriam consideradas, porque a comissão
806 discutindo verificou que não estava correto e que o calendário tem que ser apresentado
807 em outra oportunidade no pleno para ser aprovado, conforme estabelece o regimento
808 interno do CES. As datas que aparecerem não devem ser consideradas porque serão
809 alteradas de acordo com a necessidade do processo eleitoral. **A conselheira Marleide**
810 **Castro dos Santos** solicitou questão de ordem e informou que não estava entendendo o
811 que o conselheiro Silvino estava explicando e pediu para o conselheiro explicar melhor.
812 **A conselheira Gladys Maria Almeida Santos** informou que além de reforçar a fala da
813 conselheira Marleide, achava delicado analisar um documento sem receber com
814 antecedência e que ela não recebeu o documento. **O Senhor Presidente** Ricardo
815 Mendonça informou que a Secretária do Conselho encaminhou o regimento e o
816 cronograma para todos os conselheiros. Disse que estavam seguindo a pauta. **O**
817 **Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio** solicitou questão de ordem e informou
818 que solicitou a comissão que questões importantes fossem levado em consideração, e
819 que a comissão realizasse a leitura do regimento e que as datas fossem colocadas em
820 anexo, e como cronograma seria apresentado em outra reunião para aprovação, que
821 houve esse entendimento e a comissão acatou a orientação. Colocou como proposta que
822 iniciasse a leitura do regimento e quem tivesse algum destaque informasse o artigo e no
823 final da leitura, fizessem a discussão e o encaminhamento final de como seria o
824 processo. **A Conselheira Maria Ângela da Mata Santos** informou que o regimento foi
825 enviado a todos os conselheiros, e naquele momento era perguntar aos conselheiros
826 presentes se tinham alguma alteração a fazer e que haverá mudança no cronograma. **O**
827 **Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos** informou que o cronograma seria
828 apresentando em outra reunião, e o que seria apresentado para aprovação seria o
829 regimento para o processo eleitoral da mesa executiva. **A Conselheira Isadora Oliveira**
830 **Maia** informou que assessorou a comissão eleitoral e o regimento que seria exposto era
831 99% igual ao da última eleição da mesa executiva, só mudam as datas. Informou que
832 seria retirado de pauta o cronograma e seria apresentado em outra oportunidade. Seria
833 apresentado o regimento para aprovação porque a comissão precisava se reunir e
834 elaborar as datas do processo eleitoral e depois da eleição apresentar as atas. **O**
835 **Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos** informou que a proposta da conselheira
836 Ângela era pertinente porque os conselheiros receberam o regimento e se houvesse

837 alguma dúvida se colocasse para a comissão responder. **O Conselheiro Francisco José**
838 **Souza e Silva** informou que o artigo 8º do regimento das inelegibilidades, falava que
839 seria inelegível a chapa que infringisse os artigos do regimento interno do Conselho,
840 quais são os artigos? “Não está dizendo quais são, se existe tem que constar no
841 regimento para as chapas terem conhecimento.” Disse que para colocar o regimento em
842 apreciação era preciso fazer alterações em alguns artigos para não aprovar com data, e a
843 posterior ter que modificar, o que seria desgastante. Citou como exemplo que o artigo 2º
844 do regimento da coordenação executiva diz: “A eleição para a Coordenação Executiva
845 do Conselho Estadual de Saúde do Estado da Bahia, será realizada em reunião
846 extraordinária do CES”. Informou que não precisava constar a data e que seria
847 interessante que o regimento fosse ajustado antes da aprovação. Citou o artigo 4º que
848 fala do pedido de inscrição de chapa e tem prazo e como teria alteração precisava ser
849 suprimido. **O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio** informou que na
850 discussão ficou acordado que onde tivesse datas no regimento seriam suprimidas e a
851 comissão iria apresentar na próxima reunião do CES, o calendário com todas as datas e
852 prazos que serão propostos pela comissão. **O Senhor Presidente** colocou em regime de
853 votação com todas as recomendações, referente à data e cronograma, colocava em
854 regime de votação o Regimento Eleitoral da Coordenação Executiva do Conselho
855 Estadual de Saúde da Bahia, biênio 2019/2020, que foi aprovado à unanimidade
856 atentando para as considerações feitas pela conselheira Isadora e conselheiro Francisco.
857 **O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos** informou que tinha uma pendência na
858 comissão que precisava ser resolvida. **O Conselheiro Francisco José Souza e Silva**
859 informou que a Coordenação Executiva do Conselho Estadual era composta por
860 segmentos que participavam do Conselho e na última eleição do Conselho Estadual de
861 Saúde, teve a eleição da mesa. Disse que na composição da eleição da mesa teve a
862 representação do seguimento de trabalhador de saúde e durante a gestão dessa
863 coordenação executiva, infelizmente a companheira que representava o segmento foi
864 retirada do Conselho, porque a entidade que ela representava solicitou a retirada dela no
865 conselho para substituir posteriormente. ‘E assim, ficou a vaga da representação do
866 segmento de trabalhador de saúde, causando ao conselho um prejuízo que era uma
867 ilegalidade, porque tudo que foi aprovado se algum dia for questionado podem trazer
868 problemas muitos sérios para o Conselho por faltar à representação do segmento
869 trabalhador de saúde na mesa.’ Disse ainda que tinha a representação de usuários que
870 era Ricardo e Eduardo e a da gestão, o excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, e
871 não tinha a representação de trabalhador de saúde na mesa do Conselho. “Antes de
872 tomar uma decisão de fazer uma eleição para uma nova mesa, seria interessante fazer a
873 recomposição para depois tocar a questão da eleição para mostrar que o Conselho
874 Estadual trabalhou e buscou de alguma forma normalizar a situação.” Colocou como
875 proposta que as entidades representantes do segmento de trabalhadores no Conselho, em
876 uma reunião própria tirassem um representante e encaminhasse para a mesa do conselho
877 antes da abertura do processo da eleição da mesa. **A Conselheira Isadora Oliveira Maia**
878 informou que ao sair a representação teriam 60 dias para poder ser recomposta, e que

879 em 2017 saiu Liliane que representava os trabalhadores e a própria entidade de
880 trabalhadores deveria ter solicitado e não solicitou. “Os segmentos de trabalhadores
881 devem se reunir e tirar o representante e encaminhar para o conselho, essa vagância não
882 pode permanecer porque está totalmente ilegal e ilegítimo.” O Conselheiro Lázaro
883 Ribeiro de Souza informou que a decisão da composição também pode ser questionada,
884 porém teria que recompor porque o passado estava ilegítimo e era necessário para poder
885 realizar a eleição. “O conselho estava perdendo tempo e precisava ser mais pragmático,
886 teria que ter recomposto no tempo certo.” “Estávamos jogando a democracia
887 participativa nesse embrólio, enquanto existem inimigos maiores para poder enfrentar.”
888 “Temos pautas longas e são criadas várias manobras e discussão dentro do âmbito que
889 temos o papel social institucional, se estava errado porque deixou. Se a pessoa viu
890 ilegalidade e não se manifestou no interesse de resolver, feriu o princípio de boa fé”.
891 Disse que achava desnecessário solicitar que o segmento que perdeu o membro
892 indicasse outro para o lugar, uma decisão também ilegal, segundo o conselheiro. O
893 Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio informou que precisava separar o que
894 era ilegalidade, de defeitos que precisavam ser corrigidos, porém a vacância era algo
895 que estava previsto no regimento. “Para realizar o preenchimento dela tem um trâmite
896 que remete ao segmento ou pessoa para resolver, e não ao conselho.” “O segmento ou
897 pessoa precisa requerer e não fez isso, não entraria na discussão da responsabilidade
898 individual do segmento ou da pessoa e esse defeito com o qual o conselho conviveu
899 durante esse tempo precisava ser corrigido”. “O conselho tomou a decisão de corrigi
900 porque teria de tomar uma decisão maior, que era soltar o processo para eleger a
901 próxima mesa executiva”. Continuou esclarecendo que o processo eleitoral estava
902 garantido, inclusive teve a aprovação do regimento, faltando apenas à aprovação do
903 calendário. Disse que como o segmento de trabalhador não recorreu à vaga, a proposta
904 era que o segmento de trabalhador realizasse uma reunião e escolhesse um representante
905 para recompor a mesa e encaminhasse para o Conselho, respeitando o calendário da
906 eleição. Disse ainda que não iria entrar no debate da ilegalidade ou legalidade, porque
907 cada um teria uma interpretação e poderia existir uma inversão de verdade, considerava
908 que não existiu uma ilegalidade e sim algo que precisava ser corrigido. O conselheiro
909 Silvio Roberto dos Anjos e Silva informou que a vacância na mesa diretora, existia e foi
910 um cochilo de todo o conselho em não realizar a substituição, porém era um problema
911 fácil de resolver, bastava o segmento de trabalhadores se reunirem e indicarem um
912 representante para compor a mesa, e essa recomposição inclusive era importante para
913 legitimar a eleição da nova mesa diretora. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos
914 Santos informou que deveria estabelecer um prazo para o seguimento de trabalhador
915 apresentar seu representante e na próxima reunião do CES ser homologado. O Senhor
916 Presidente colocou em regime de votação a proposta dos conselheiros de recomposição
917 da mesa no seguimento de trabalhador, que foi aprovado à unanimidade. O Senhor
918 Presidente Ricardo Mendonça solicitou que a secretaria executiva do CES convocasse
919 uma reunião para o seguimento de trabalhador retirar o nome de seu representante para
920 compor a mesa diretora. Colocou como proposta que assim que o seguimento de

921 trabalhadores apresentassem indicasse seu representante, de imediato fosse convocado
922 uma reunião extraordinária para posse do representante do seguimento de trabalhador, o
923 que foi aprovado por todos os conselheiros. **O Senhor Presidente** informou que o
924 Conselho Nacional disponibilizou para o Conselho Estadual de Saúde 16 vagas de
925 convidados para Conferência Nacional, colocou como proposta que das 16 vagas, 08
926 vagas fosse de indicação do Conselho Estadual, 08 vagas para as pessoas que
927 estivessem participando de plenárias e ajudando. Salientou que esse inclusive era um
928 questionamento da conselheira Ângela que colocou a situação de Joilda que têm
929 ajudado nas relatorias das conferências e não vai participar da conferência nacional.
930 Mencionou que na reunião da comissão organizadora da conferência foram indicados
931 alguns nomes como: Sérgio But, Fábio, conselheira Marleide que não iria participar da
932 conferência estadual porque estariam viajando, o Presidente do Conselho Municipal de
933 Saúde de Salvador Fábio e a indicação do Presidente, o senhor Humberto Costa -
934 Coordenador da Comissão de Relatoria. **O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos**
935 **Santos** indicou o Senhor Fábio Pereira - Coordenador da Defensoria Pública na Área da
936 Saúde. **O Senhor Humberto Costa Coordenador da Comissão de Relatoria** informou
937 que gostaria de indicar Jeremias que era um jornalista que estava na comissão de
938 relatoria e ajudando bastante, trabalhando muito. E ele indicava para Jeremias participar
939 como convidado da Conferência Nacional. Salientou que estava passando por muita
940 dificuldade na comissão de relatoria e precisava trabalhar por tempo integral durante 15
941 dias, solicitou refeição e não foi disponibilizado. “As pessoas estavam trabalhando
942 como voluntários e nem a refeição queriam disponibilizar, acabando por atrapalhar o
943 andamento dos trabalhos porque as pessoas precisavam sair para almoçar e os trabalhos
944 desta forma param”. Solicitou que os representantes da gestão participem mais dos
945 trabalhos de relatoria porque deram os seus nomes e não estão comparecendo. E eles
946 estavam trabalhando com afinco e esperava como contra partida, que a logística
947 funcionasse. Disse ainda que não fazia parte do Conselho Estadual mas, estava
948 trabalhando como voluntário e estava se cansando em ficar batendo na mesma tecla,
949 tendo que cobrar as coisas de Arão e Ricardo, e por conhecer bastante pessoas tem
950 conseguido algumas coisas, porém as dificuldades eram grandes. Disse: “Na
951 Conferência a relatoria vai trabalhar durante a noite e precisava motivar as pessoas, se
952 não o trabalho não sairá perfeito, esperava que a gestão cooperasse com a relatoria em
953 tudo que fosse solicitado porque o trabalho da relatoria era o sucesso da conferência.” **O**
954 **Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio** solicitou questão de ordem e informou
955 que não era contra as indicações dos nomes, porém a indicação de convidados pelo
956 conselho não um prêmio. Disse que era ruim quando uma pessoa que vamos colocar
957 como convidado do conselho faz uma fala que não faz questão que pode ir por outro
958 lugar, já que pode resolver sua ida por outro lugar. “O que não pode é ter falas
959 desprezando o pleno, fazendo do conselho como se fosse pouca coisa, porque o
960 conselho estava reconhecendo as pessoas com o mecanismo que tinha nas mãos.
961 Sugeriu que deixasse a vaga para quem tem interesse de realmente participar.
962 Mencionou que a senhora Joilda e Humberto estavam na comissão da relatoria e se

963 Jeremias também fosse indicado à comissão de relatoria, teriam 03 representantes e que
964 precisava ampliar. Citou como exemplo, a indicação do Coordenador da Defensoria
965 Pública na Área da Saúde pelo conselheiro Silvino. Referiu que esteve com os povos
966 indígenas e que os mesmos ficaram bastante felizes em saber do gesto do conselho de
967 reafirmar as propostas dele que foram negadas com a anulação da conferência de saúde
968 indígena. “Precisamos ter responsabilidade com a conjuntura que o país está vivendo,
969 não se pode indicar pessoas que querem resolver as coisas da forma que acha que
970 devem.” precisamos colocar pessoas que saibam a complexidade das coisas que estamos
971 vivendo.” “A relatoria deve ser contemplada sim, mais não como prêmio e sim pelo
972 reconhecimento.” “Já que vão Humberto e Joilda, sugeria abrir espaço para outras
973 pessoas participarem e o critério deve ser a importância, que as outras comissões e o
974 conselho indiquem nomes que possam contribuir com o debate na conferência.” O
975 **Senhor Presidente Ricardo Mendonça** informou que não participou da última reunião da
976 comissão organizadora, porém o que foi deliberado na reunião estava definido. “Na
977 última reunião a conselheira Ângela colocou o nome da conselheira Joilda para a vaga
978 de convidado, porque a mesma não estava trabalhando na comissão ainda porque estava
979 finalizando o Relatório da 1ª CESMu.” Disse que antigamente o Conselho Nacional de
980 Saúde, apresentava o quantitativo de vagas de convidados e disponibilizava para os
981 conselhos uma ou duas vagas, porém existiam várias pessoas que eram atuantes no
982 controle social e que o conselho poderia convidar. Relatou que em uma reunião
983 questionou ao Presidente do CNS Ronald que fosse disponibilizada mais vagas porque
984 queriam ter o privilégio de convidar as pessoas. E que na última reunião da comissão
985 organizadora ficou deliberado que o conselho ficaria com 08 vagas e disponibilizaria 08
986 vagas e o critério de escolha não ficou definido como seria. “O coordenador da
987 comissão de relatoria colocou o nome de uma pessoa que estava trabalhando na
988 comissão, citou como exemplo que poderia colocar o nome da senhora Glayds e todos
989 iriam concordar.” Colocou que a indicação do coordenador da comissão de relatoria era
990 no sentido de motivar as pessoas que estavam apresentando serviços, e era preciso criar
991 mecanismo para renovação do controle social. Se algum conselheiro achasse que as 16
992 vagas deveriam ser para o conselho que fizesse a defesa, porém os nomes que foram
993 colocados iriam somar e ajudar muito no futuro. Indicou o nome da ex-conselheira Maria
994 do Carmo do segmento de trabalhadores de enfermagem para ser convidada para
995 conferência nacional, e salientou que o critério de escolha poderia ser ex-conselheiros
996 que já contribuíram no conselho. Solicitou que fosse feita uma relação de nomes e
997 encaminhasse para o conselho se tivesse a necessidade era feita a substituição, tinha
998 gente da gestão que tinha o interesse que participasse da Conferência Nacional. O
999 **Conselheiro Francisco José Souza e Silva** informou que a Conferência Estadual de
1000 Saúde ainda iria acontecer onde os delegados seriam eleitos para a conferência nacional,
1001 podia ser que os conselheiros não consigam sair como delegados e se caso preencha
1002 todas as vagas nem como convidado poderão ir. Se existia essas vagas de convidado
1003 precisava aguardar o processo da conferência para resolver. O **Senhor Presidente**
1004 informou ao conselheiro Francisco que o Conselho Nacional deu um prazo para

1005 encaminhar os nomes dos convidados até o dia 17 de maio de 2019. Como o
1006 conselheiro trouxe a proposta, na próxima reunião da comissão organizadora tirava os
1007 nomes dos conselheiros que irão como convidados e na conferência municipal não
1008 pleiteava a vaga de delegado. **O Conselheiro Márcio Costa de Souza** informou que na
1009 última reunião da comissão organizadora a conselheira Madalena sensibilizou todos os
1010 conselheiros presentes com a situação dos índios que estavam acampados em frente a
1011 Assembleia Legislativa, e surgiu uma proposta de ir ouvir os indígenas e realizamos
1012 uma visita juntamente com Marcos e Madalena onde foi confirmado o que foi colocado,
1013 que a conferência nacional de saúde indígena tinha sido cancelada e todas as propostas
1014 que poderiam virar políticas públicas para cuidar dos índios não serão discutidas. Como
1015 os índios realizaram a Conferência Estadual de Saúde Indígena e existia relatório,
1016 colocou como proposta que fosse incorporada às propostas da Conferência Estadual de
1017 Saúde, as propostas prioritárias que foram aprovadas na conferência indígena. “Essa era
1018 uma oportunidade que os conselheiros teriam para dar visibilidade a população
1019 indígena, além disso, os índios solicitaram que fossem convidados três representantes
1020 para participarem da Conferência Estadual. **O Senhor Presidente** informou que os povos
1021 indígenas eleitos nas conferências municipais estavam garantidos, porém existia uma
1022 solicitação mencionada pelo conselheiro Márcio que precisava ser pensada. Enfatizou
1023 que os povos indígenas foram prejudicados pelo cancelamento da Conferência Nacional
1024 de Saúde Indígena, e povos indígenas tinham uma população significativa de índios,
1025 solicitou que a paridade fosse obedecida para que a representação feminina da
1026 população indígena participasse. **A conselheira Maria Madalena Braga** justificou que o
1027 nome de Sérgio Butt foi colocado para sair como convidado para conferência nacional,
1028 porque ele era a autoridade máxima deliberativa do Conselho Distrital de Saúde
1029 Indígena na Bahia, caso seja aprovada o convite dos três representantes indígenas para a
1030 conferência estadual, o critério de escolha poderia ser por paridade. Informou que
1031 convidou o conselheiro Walney para estar visitando novamente os povos indígenas que
1032 estavam acampados na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, porque na última
1033 visita solicitou aos índios que criasse uma comissão com os técnicos dos distritos
1034 sanitários para discutir as propostas que seriam encaminhadas até o dia 13/05/2019 ao
1035 conselho. Havia conversado com a conselheira Ângela representante da relatoria que
1036 informou que poderia incorporar as propostas prioritárias que foram aprovadas na
1037 conferência estadual de saúde indígena nas propostas da conferência estadual de saúde.
1038 **O Senhor Presidente** informou a conselheira Maria Madalena que assim que recebesse
1039 as propostas iriam encaminhar para comissão de relatoria. **O Conselheiro José Silvino**
1040 **Gonçalves dos Santos** informou que durante a visita realizou uma reunião com os povos
1041 indígenas e percebeu a preocupação dos índios com a saúde da população indígena,
1042 visto que havia a possibilidade da saúde da população indígena ser feita pelo os
1043 prefeitos onde existiam territórios indígenas que eram uma preocupação, porque a
1044 maioria dos prefeitos eram fazendeiros ou representantes de fazendeiros. “Imagina só a
1045 saúde da população indígena se tratado por fazendeiros ou por representantes de
1046 fazendeiros, não daria certo, existia essa preocupação e os índios estavam precisando do

1047 apoio do Conselho Estadual de Saúde. Apesar de ser uma política nacional as
1048 discussões iriam acontecer nos estados e municípios e solicitava que um dia fosse
1049 colocado na reunião do CES uma pauta dos povos indígena. **O Senhor Presidente**
1050 informou que foi convidado para participar da conferência de saúde indígena, onde teve
1051 a oportunidade de conhecer o Sergio Butt, que colocou todas as situações da saúde
1052 indígena no Estado da Bahia, depois ele ligou para o conselho para falar sobre a Política
1053 Nacional de Saúde Indígena e o visitou junto com o Secretário Executivo para saber
1054 sobre o posicionamento do Conselho Estadual de Saúde, informou ao Sérgio que não
1055 tinha nenhum posicionamento e seria leviano realizar qualquer tipo de discursão por não
1056 conhecer a política de saúde indígena, porém precisava saber o posicionamento do
1057 Secretário da Saúde. “Foi agendada uma reunião com o Secretário Fábio Villas Boas e
1058 que participou a título de convidado, junto com Arão e Cássio. “Sergio Butt perguntou
1059 ao Secretário sobre qual era posicionamento sobre a Política de Saúde Indígena, e o
1060 Secretário respondeu que não podia se posicionar, se teria judicialização ou
1061 municipalização da saúde, porque o governo ainda não tinha se pronunciado. Que o
1062 posicionamento que iria acontecer através do governo federal e que estava colocando
1063 aquela situação porque participou como convidado. Disse que o conselheiro Walney
1064 Magno que estava presente, solicitou uma pauta para discutir a saúde indígena, e
1065 solicitou que indicasse as pessoas para falar sobre a saúde indígena, porque não
1066 conhecia ninguém para fazer a discussão, tinha uma pauta em aberto e a secretaria
1067 estava cobrando a indicação. Salientou que a conselheira Madalena estava ajudando
1068 bastante para trazer as pessoas para discutir sobre a saúde indígena. **O Conselheiro**
1069 **Lázaro Ribeiro de Souza** informou que seria fundamental se as propostas da conferência
1070 de saúde indígena que não houve, fossem absorvidas pela Conferência Estadual de
1071 Saúde. Disse que achava perigoso ao invés de indicar a entidade, indicar pessoas e estar
1072 auto proclamando representatividade e que já participou de eventos indígenas e que viu
1073 eles muito organizados e que a representação se conquistava na base. E inclusive o
1074 Conselho tinha o representante indígena e que não achava salutar o Conselho indicar
1075 pessoas e sim a representação ou organizações. **O Presidente Ricardo Mendonça**
1076 esclareceu que a população indígena estava acampada na Assembleia Legislativa e que
1077 houve uma primeira conversa e que ele e outros conselheiros estavam e que foi
1078 colocado que não iria ter a Conferencia Nacional Indígena e que Sérgio Butt foi eleito e
1079 representava várias tribos, e como o Conselho abriu para as três vagas, eles mesmos
1080 indicariam os nomes com a paridade respeitada e com a representação feminina e
1081 esclareceu ao conselheiro Lázaro que até para convidados teria que ter a paridade. O
1082 conselheiro Márcio Souza solicitou questão de esclarecimento. **Conselheiro Márcio**
1083 **Souza** disse que não estavam indicando nomes de ninguém e que o senhor Sérgio Butt
1084 não estava lá no momento da conversa e eles nem o conheciam e quando chegaram lá,
1085 os índios respeitosamente foram chamando todos os líderes das comunidades. Disse que
1086 eles são extremamente organizados e que havia mais de 15 pessoas na reunião. O
1087 Presidente abriu para os informes. **Conselheira Marleide Castro** disse que não
1088 concordava mais que os informes ficassem por último e que os informes dos

1089 conselheiros são importantes e que antes a plenária estava cheia e que a mesma não
1090 queria informar apenas para os conselheiros e sim para todos (as) presentes. Disse:
1091 “Caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais braços dados ou não,
1092 nas escolas, nas ruas, campos, construção, caminhando e cantando e seguindo a
1093 canção...” Disse que sabia cantar e cantou nas conferências municipais que participou e
1094 agradeceu a conselheiro Luiz Delfino que a substituiu em Queimadas, pois não teve
1095 carro disponível para conduzi-la ao município e ao conselheiro Vasconcelos que a
1096 substituiu em São Francisco do Conde, porque a mesma não pode ir e deixava
1097 registrado que as conferências foram excelentes. E ainda que privatizassem o SUS, ela
1098 não desistiria e que ela participou e fez o seu papel nas conferências e que foi muito
1099 bom. Informou que no dia 15 de maio era o dia do Assistente Social e solicitava um
1100 olhar diferenciado do Conselho para aquela data e que teriam uma semana de atividades
1101 comemorativas começando no dia 13 com audiência pública para defesa do piso salarial
1102 da categoria com a participação do Deputado Jorge Solla e que seria realizado no
1103 Auditório Jorge Calmom na Assembleia Legislativa às 14 horas e que mandou o convite
1104 para o Conselho divulgar para os conselheiros (as). **Conselheira Ivanilda Brito** disse
1105 que naquele dia no Hotel Sol Bahia em Patamares, aconteceria debate sobre a reforma
1106 da previdência com Jandira Fegale e que já estavam abertas as inscrições para os
1107 profissionais de saúde para o Curso de Saúde da População Negra que era uma
1108 iniciativa do Comitê de Saúde da População Negra. Colocou para o conselheiro Cássio
1109 André Garcia que não estavam mais aguentando o Sistema Rh Bahia que era um
1110 programa Alemão que não conseguia falar português e estava trazendo prejuízo para os
1111 servidores que não conseguiam verificar seu período aquisitivo para solicitar férias. E
1112 que o Governo disse que economizou com o Programa e que na verdade estava
1113 economizando com o dinheiro do trabalhador. **Conselheira Tereza Deiró** disse que
1114 enfatizava a fala da conselheira Ivanilda porque não era a primeira e nem a décima vez
1115 que eles informam que fizeram documento solicitando audiência com o Secretário de
1116 Saúde Fábio Villas Boas para tratar daquelas questões e que já tiveram reunião com a
1117 nova superintendência de Rh que era a senhora Janaína e que estavam com frequência
1118 mudando de superintendente de Rh na SAEB (Secretaria de Administração do Estado
1119 da Bahia) e precisava que o Conselho abraçasse a causa e que o Secretário de Saúde
1120 tinha que receber o SINDSAÚDE para conversar sobre aqueles problemas que se
1121 acumulavam ao longo dos anos. Reiterou que tinha três anos que o Secretário Fábio
1122 Villas Boas não recebia o SINDSAÚDE. Informou que se reuniram com a nova
1123 Superintendente a senhora Janaína e que sabia que a mesma não tinha poderes para
1124 resolver as questões e que faziam aquele apelo para ficar registrado em ata. Disse que
1125 como representante dos trabalhadores e trabalhadoras fazia um apelo para que o
1126 Secretário os recebesse e que estava faltando diálogo com os trabalhadores. Informou
1127 que os trabalhadores iriam se reunir para decidir à questão da representação na mesa
1128 executiva do do Conselho. Disse que já tinha a indicação da representação das entidades
1129 que era o conselheiro Francisco José Sousa e Silva e o conselheiro Fernando Dantas
1130 representantes dos Bancários e outra companheira da FETAG que foi indicada desde o

1131 ano passado e que já se passaram seis meses e não foi publicado em D.O as
1132 representações e que continuavam sem representação na mesa executiva do Conselho e
1133 que fazia um apelo à gestão para resolver a questão das publicações. Referiu que o
1134 companheiro Francisco estava ali, mas que não tinha publicação e que eles poderiam ser
1135 questionados e também a indicação de Fernando Dantas não saia da Casa Civil. O
1136 **Presidente Ricardo Luiz Dias Mendonça** informou que não eram só as indicações
1137 citadas pela a conselheira, mas também o SINDSAÚDE privado, a indicação do
1138 CROBA e mais duas indicações aguardando a publicação. Informou que foi numa
1139 reunião na Casa Civil e que solicitou gerenciamento a Secretária das publicações
1140 pendentes e que a Secretaria Executiva cobrava insistentemente sem sucesso. Solicitou
1141 ao conselheiro Cássio para que pudesse interceder junto ao Secretário para que os
1142 decretos pudessem ser publicados. **A conselheira Tereza Deiró** disse que esperava que
1143 não fosse preciso fazer manifestação no Gabinete ou na Governadoria para poderem ser
1144 publicadas as referidas indicações da composição dos conselheiros e referiu prejuízo na
1145 Conferência Estadual. **O Presidente** disse que queria deixar registrado que ele e a
1146 Secretaria Executiva estavam empenhados em resolver a situação e não media esforços
1147 para tal. Conselheiro José Silvino Gonçalves informou que a reunião do HUPES
1148 (Complexo Hospital Universitário Professor Edgar Santos) foi suspensa e será realizada
1149 em outro momento. Conselheiro José Vasconcelos disse que queria registrar e pedir ao
1150 conselheiro Cássio que precisava reproduzir os adesivos da cor da urina. Sobre os
1151 transplantes na Bahia informou que todas as informações são divulgadas pela ABTO –
1152 Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos, e que a Bahia tem uma lista de espera
1153 998 pacientes e que o mesmo tem estatística de todos os órgão mas, só iria relatar o de
1154 rins e que a no ano passado eram 922 pessoas necessitando de transplante mas, só foram
1155 realizados 2020 transplantes. Informou que enquanto em outros estados existem 3 ou 4
1156 equipes de profissionais, na Bahia contava apenas com uma equipe que fazia tanto a
1157 captação de órgãos como participava das cirurgias. O conselheiro disse que o SUS
1158 pagava em torno de R\$35.000 reais (trinta e cinco mil reais) para cada transplante e que
1159 apenas um paciente tem um custo acima de R\$100,000 reais (cem mil reais) por ano e
1160 para fazer a terapia de hemodiálise e que atualmente são em torno de 15.000 mil
1161 pacientes renais no estado da Bahia, sendo que 9.000 pacientes faziam diálise
1162 peritoneal. Disse que geralmente os pacientes fazem diálise 3 vezes ao dia e que todos
1163 dependiam do SUS e no dia que o SUS acabasse todos esses pacientes iriam morrer e
1164 citou o seu caso que faz o tratamento pelo SUS e que a falta do medicamento
1165 representava a morte, porque são medicamentos que só podem ser adquiridos pelo SUS.
1166 Disse que entregou um documento no Ministério Público Estadual e Federal e que em
1167 dois dias o Ministério Público Estadual através de Dr. Rogério o atendeu e que ele teve
1168 todo o acompanhamento necessário. Informou que já no Federal até a presente data não
1169 havia recebido resposta. Disse que no dia anterior ficou sabendo, através da rede globo
1170 que o Ministro recebeu o documento, referente a falta do medicamento e referindo a
1171 empresa fabricante e que o ministro respondeu que o medicamento só seria comprado
1172 agora anualmente. **Conselheiro Francisco José Sousa e Silva** informou sobre vídeo

1173 conferência e web conferencia que iriam acontecer no Instituto Anísio Teixeira no dia
1174 13 de maio a partir das 8 horas da manhã e simultaneamente em 25 salas no interior da
1175 Bahia e que estavam fazendo a mobilização pelas redes sociais, também pelos Núcleos
1176 Regionais de Saúde e Bases, bem como contando com a colaboração do COSEMS e do
1177 Conselho Estadual. Referiu debate nessas atividades sobre a 10ª CONFERES e a 16ª
1178 Conferência Nacional de Saúde e de levar delegados que não tiveram oportunidade de
1179 participar de conferencias municipais para participar da estadual e que fariam a escolha
1180 da representação nas salas das vídeos conferencias no intuito de trazer mais pessoas dos
1181 municípios para a conferência estadual. **Conselheiro Eduardo Agueda Calliga** disse que
1182 reiterava a fala da conselheira Marleide para que os informes fossem sempre feitos no
1183 início da reunião e que o objetivo era atingir o número maior de pessoas. Disse que
1184 sempre era tempo de dizer não aos manicômios e que no período de 13 a 18 de maio
1185 estariam comemorando o dia da luta antimanicomial e informou das atividades lúdicas e
1186 seção aberta na Câmara de Vereadores para fortalecimento da RAPS e no dia 18 a
1187 décima segunda parada do orgulho louco e convidava a todos a participarem e convidou
1188 o conselheiro Cássio. Também referiu o Riso de Monalisa que os usuários de saúde
1189 mental reconhecem, referindo-se ao preconceito. Referiu ato na terça-feira em frente da
1190 Prefeitura Municipal, mostrando que a Secretaria de Saúde Municipal não estava
1191 sabendo lidar com a saúde mental. E na quarta-feira manifesto no Campo da Pólvora
1192 mostrando para a sociedade o que era ser louco e quebrando paradigmas, e na sexta-
1193 feira seção aberta com a vereadora Aladilce, trazendo um pouco da fala de usuários de
1194 saúde mental e no sábado encerrando com a décima segunda parada do orgulho louco a
1195 partir das 9 horas da manhã do Cristo ao Farol. **O Presidente Ricardo Luiz Dias**
1196 **Mendonça** agradeceu a todos e todas e desejou bom retorno às suas casas e encerrou a
1197 261ª Reunião Ordinária do CES. Nada mais a tratar, eu Arão Capinam de Oliveira lavrei
1198 esta ata que será assinada pelos presentes após a aprovação no pleno do Conselho.

1199 Salvador, 09 de maio de 2019

1200 Arão Capinam de Oliveira Secretário Executivo do CES _____

1201 **Central Única dos Trabalhadores – CUT**

1202 Ricardo Luiz Dias Mendonça (Titular) _____

1203 **Secretária da Saúde do Estado da Bahia**

1204 Cássio André Garcia (Suplente) _____

1205 **Representante da Secretaria de Meio Ambiente**

1206 Maurício Carneiro Paim (Titular) _____ ;

1207 **Representante do Ministério da Saúde**

1208 Maria Madalena Braga (Suplente) _____

1209 **Federação das Apaes do Estado da Bahia- FEAPAES - BA**

1210 Isadora Oliveira Maia (Titular) _____

1211 **Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da**

1212 **Bahia- SINDHOSBA**

- 1213 Luiz Delfino Mota Lopes (Suplente) _____
- 1214 **Representante Estadual da Comunidade Científica**
- 1215 **Universidade Estadual da Bahia - UNEB**
- 1216 Márcio Costa de Souza (Titular) _____
- 1217 **Sindicato de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias da**
- 1218 **Bahia- SINDACS/BA**
- 1219 Aldenilson Viana Rangel (Titular) _____
- 1220 **Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias**
- 1221 **do Sul e Extremo Sul da Bahia - SINDIACS**
- 1222 Roberto Lima Machado (Suplente) _____
- 1223 **Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado da Bahia – SASB**
- 1224 Marleide Castro dos Santos (Suplente) _____
- 1225 **Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado da Bahia – SINDSAÚDE - BA**
- 1226 Tereza Cristina Bomfim de Jesus Deiró (Titular) _____
- 1227 **Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Previdência Federal na**
- 1228 **Bahia / Casa do Aposentado e Pensionista - ASAP/CAP**
- 1229 Valdemir Medeiros da Silva (Titular) _____
- 1230 Valdete Francisca da Silva (Suplente) _____
- 1231 **Centro de Estudo, Prevenção e Apoio aos Portadores de LER/DORT - CEAPLER**
- 1232 Maria Ângela da Mata Santos (Suplente) _____
- 1233 **Grupo Vontade de Viver, de Apoio aos Portadores de Hepatites Virais**
- 1234 Romulo José Valença Corrêa (Titular) _____
- 1235 **Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS – GAPA**
- 1236 Gladys Maria Almeida Santos (Suplente) _____
- 1237 **Associação de Defesa dos Pacientes Crônicos Renais do Estado da Bahia**
- 1238 José Vasconcelos de Freitas (Suplente) _____
- 1239 **Central Única dos Trabalhadores - CUT**
- 1240 Lázaro Ribeiro de Souza (Suplente) _____
- 1241 **Representantes Estaduais de Entidades Congregadas em Centrais e Federações de**
- 1242 **Trabalhadores Urbanos e Rurais, Exceto Entidades da Área da Saúde.**
- 1243 **Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB**
- 1244 Francisco José Souza e Silva (Titular) _____

- 1245 **Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Sistema de Saúde**
1246 **Mental – AMEA**
1247 Eduardo de Agueda Nunes Calliga (Titular) _____
- 1248 **Associação das Pessoas Com Albinismo na Bahia – APALBA**
1249 Mara Helena Machado Santa Cecília (Suplente) _____
- 1250 **Representante Estadual de Entidades Congregadas em Federações e Associações**
1251 **Patronais Urbanas e/ou Rurais, Exceto Entidades Patronais da Área da Saúde.**
1252 **Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB**
1253 Paulo Fernando Bittencourt Studart (Suplente) _____
- 1254 **Representante Estadual Fórum de Entidades Religiosas**
1255 **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Nordeste 3 Bahia e Sergipe -**
1256 **CNBB**
1257 Maria Helena Ramos Belos (Titular) _____
- 1258 **Representante Estadual Fórum de Entidades Religiosas**
1259 **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Nordeste 3 Bahia e Sergipe -**
1260 **CNBB**
1261 Vera Lúcia Gonçalves de Jesus (Suplente) _____
- 1262 **Representante Estadual Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde**
1263 **União Brasileira de Mulheres – UBM**
1264 Ivanilda Souza Brito (Titular) _____
- 1265 **Representante Estadual Fórum de Entidades de Aposentados e/ou Pensionistas,**
1266 **Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência Social da Bahia**
1267 **ASAPREV / Casa do Aposentado**
1268 Gislene Villas Boas Torres (Titular) _____
- 1269 **Representante Estadual Fórum de Combate a Violência**
1270 **Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padre Eziquiel – CAP DEVER**
1271 José Silvino Gonçalves dos Santos (Titular) _____
- 1272 **Representante Estadual Fórum de Combate a Violência**
1273 **Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padre Eziquiel – CAP DEVER**
1274 Silvio Roberto dos Anjos e Silva (Suplente) _____
- 1275 **Representante Estadual do Fórum de Entidades do Movimento Antirracista**
1276 **Instituto Kutala ‘Nleeke**

- 1277 Marcos Antônio Almeida Sampaio (Titular) _____
- 1278 **Representante Estadual de Populações Indígenas ou Quilombolas**
- 1279 **Associação Cultural e Ambientalista dos Índios Tupinambá de Olivença**
- 1280 Walney Magno de Souza (Titular) _____